

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**WILLIAMS MACHADO DA SILVA**

**SOCIABILIDADE E COTIDIANO NA FEIRA LIVRE: ALGUNS APONTAMENTOS  
SOBRE O SÁBADO EM MURICI/AL**

Maceió  
2015

**WILLIAMS MACHADO DA SILVA**

**SOCIABILIDADE E COTIDIANO NA FEIRA LIVRE: ALGUNS APONTAMENTOS  
SOBRE O SÁBADO EM MURICI/AL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Ciências  
Sociais da Universidade Federal de  
Alagoas como requisito parcial para  
a obtenção do grau de Licenciatura  
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Ms. Gilson José  
Rodrigues Junior.

Maceió  
2015

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade**

S586s Silva, Williams Machado da.  
Sociabilidade e cotidiano na feira livre: alguns apontamentos sobre o sábado em Murici/AL / Williams Machado da Silva. – Maceió, 2015.  
68f. : il.

Orientador: Gilson José Rodrigues Junior.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Maceió, 2015.

Bibliografia: f. 66-68.

1. Feira livre – Murici, AL. 2. Feira livre – Aspectos sociais. 3. Espaço urbano. 4. Sociologia urbana. 5. Antropologia urbana. I. Título.

CDU: 316.334.56

**WILLIAMS MACHADO DA SILVA**

**SOCIABILIDADE E COTIDIANO NA FEIRA LIVRE: ALGUNS APONTAMENTOS  
SOBRE O SÁBADO EM MURICI/AL**

Monografia submetida ao corpo docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas como exigência parcial para obtenção de título de Licenciado em Ciências Sociais e aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Gilson José Rodrigues Junior (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Rechenberg

---

Prof. Dr. João Batista de Menezes Bittencourt

À minha mãe e ao meu pai, fontes  
de sabedoria, perseverança e afeto.  
À tia Josi, guerreira convicta e  
exemplar.

## AGRADECIMENTOS

De forma indispensável, inicialmente, não posso deixar de agradecer à Claudionor Gomes, Wanderson Gomes e Willander Nascimento, companheiros de percurso durante a graduação e amigos para toda a vida. Sem suas importantes contribuições, este trabalho não teria por onde se iniciar. À Livia Barbosa, pelos substanciais aconselhamentos durante o processo final de construção deste material.

Sou grato à meu orientador, Gilson José Rodrigues Junior, pelo inestimável aporte acadêmico e pessoal e, sobretudo, pela paciência durante todo o tempo de elaboração da pesquisa, desde a seleção do material bibliográfico de apoio, até às investidas à campo. Sem isso, sem a atenção dada por este profissional, este trabalho seria inviável.

Agradeço ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, ao corpo docente que integra este departamento e que foi essencial em minha construção intelectual durante o período da graduação. De igual forma, sou agradecido aos membros da banca examinadora, Prof<sup>a</sup> Fernanda Rechenberg e Prof<sup>o</sup> João Bittencourt, pela disponibilidade e atenção fornecida ao trabalho.

Por fim, agradeço imensamente aos atores que compõem a feira livre de Murici/AL e que, de alguma maneira, foram responsáveis — numa união de respeito e bom grado — pelo fornecimento de informações preciosas quanto ao funcionamento desta manifestação urbana. À Isis Oliveira, feirante em Murici/AL, colega de infância e que acabara por se tornar uma espécie de informante durante o exercício de campo, me indicando sujeitos com grandes e ricas histórias de vidas e pessoas que irei levar comigo para sempre. Aos componentes da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Murici que, ao fornecer dados precisos a respeito dos processos de construção do espaço da feira local, me possibilitaram imergir ainda mais naquele universo.

*"O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezagueantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas — postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto".*

(Michel de Certeau)

## RESUMO

O presente trabalho busca desenvolver uma análise a respeito das manifestações no formato de códigos de sociabilidade na feira livre da cidade de Murici, município pertencente à Zona da Mata do Estado de Alagoas. Neste percurso, se procura igualmente compreender o evento enquanto um fenômeno que prioriza — no caminhar espontâneo destas sociabilidades — expressões de proximidade, em contraste com pontos de comércio fixos e baseados em lógicas de funcionamento *impessoais*. Se destaca também a construção histórica dos atores e da própria feira livre, bem como as *estratégias* e os *usos* cotidianos que se estabelecem neste *lugar construído*. De igual maneira, tomam relevo discussões em torno do espaço urbano em Murici, os tipos de comunicação existentes ali e suas formas de *regulações*. Deste modo, se constrói um diálogo que engloba, igualmente, as relações de consumidores e feirantes consigo mesmos e com a urbanidade, interações seguidas de perto por instituições oficiais, como a Prefeitura Municipal de Murici, aspecto que, em alguma medida, também ganha importância no trabalho. Para tentar apreender esta realidade possível, se utilizou o recurso da etnografia, sendo embasada pelos métodos de entrevistas semi-estruturadas e pela observação participante, substanciais para acessar visões sobre evento muriciense.

**Palavras-chave:** Feira livre. Espaço urbano. Comunicação. Proximidade. Murici.

## **ABSTRACT**

This study aims to develop an analysis about the demonstrations in sociabilities codes formed on the open market of the city of Murici / AL, Brazil. This research also seeks to understand the event as a phenomenon that prioritizes the proximity expressions, in contrast to another fixed points of trade in Murici, characterized by impersonal forms of sociability. It also highlights the historical constructions of the actors and the free market, as well how the strategies and everyday uses that are established. Also gains importance discussions about the urban space in Murici, also about the types of communication existing there and its regulation forms. Thus, it builds a dialogue that encompasses the relationships of consumers and merchants with themselves and the urbanity, interactions followed closely by official institutions such as the Murici's City Hall, an important aspect in this work. To try to grasp this reality as possible, we used ethnography, being grounded by the methods of semi-structured interviews and by participant observation, key to access the views of the muriciense event.

Keywords: Free market. Urban space. Communication. Proximity. Murici.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Linhas amarelas que delimitam o espaço de cada banca de feirante em Murici. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 26
- Figura 2 – Avenida Manoel Fernandes, uma das antigas ruas que abrigavam a feira livre de Murici até 2010. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 30
- Figura 3 – Feira livre de Murici-AL, Rua João Ferreira Lopes. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 41
- Figura 4 – Rua João Ferreira Lopes em dia da semana em que não há feira livre em Murici. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 42
- Figura 5 – Mulheres comprando na feira livre de Murici. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 45
- Figura 6 – Produtos pirateados na feira livre de Murici. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 48
- Figura 7 – Comprovante de pagamento de imposto cedido por um dos feirantes ..... 54
- Figura 8 – Informações obtidas a partir de entrevista com Jamerson Pereira, agente de desenvolvimento locado na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Murici. Fonte: de autoria do pesquisador ..... 61

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 FEIRA LIVRE, ESPAÇO URBANO E COMUNICAÇÃO</b> .....	13
<b>2.1 Dinâmicas sócio históricas e definições de feira livre</b> .....	13
<b>2.2 Lógicas do espaço urbano, a comunicação na cidade e na feira livre em Murici</b> .....	19
<b>2.3 A experiência com o campo, a experiência com a cidade de Murici e o <i>Ser Afetado</i></b> .....	28
<b>3 SOCIABILIDADE E COTIDIANO: A FEIRA LIVRE EM MURICI</b> .....	34
<b>3. 1 Aspectos históricos da feira livre de Murici</b> .....	35
<b>3. 2 Feirantes e consumidores e a relação com o novo espaço</b> .....	39
<b>3.3 Mulheres que compram, dominação masculina e resistência criativa</b> .....	44
<b>3.4 Produtos pirateados e o <i>Desvio</i></b> .....	46
<b>3.5 O campo e o "andar" pela feira livre</b> .....	48
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	64
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66

## 1 INTRODUÇÃO

A feira livre ocupa um lugar singular no meio urbano. Ela pode se referir, a partir de diversos autores que a trabalham em distintas áreas do conhecimento, a uma ampla rede de negociações num determinado espaço, no qual circulam milhares de pessoas diariamente. Em Alagoas, estado em constante crescimento de consumo<sup>1</sup>, a feira aparenta ganhar um significado ainda mais fundamental. A maior parte deste aumento do consumo em Alagoas relaciona-se aos sujeitos pertencentes aos chamados *grupos de baixa renda*<sup>2</sup>, onde a feira livre — levando em consideração seus preços — acaba se tornando principal fonte de abastecimento, adquirindo aceção de um espaço de compra e venda diferenciado frente aos grandes centros comerciais e redes de supermercados. Estes centros, conhecidos por regras de funcionamento rígidas, baseadas na higiene e na ordem, por sua vez, se caracterizam pela pouca possibilidade de negociar os preços de seus produtos com seus consumidores, diferentemente do que ocorre na feira livre. Assim, mesmo com o avanço deste frenético ritmo de consumo, abastecido, sobretudo, pelo aumento do salário mínimo nos últimos anos<sup>3</sup>, supõe-se que as feiras livres em Alagoas ainda não souberam assimilar as mudanças típicas do processo padronizador.

Entretanto, abrindo um breve diálogo com essas pesquisas econômicas, é fundamental observar que o caráter “despadronizado” das feiras livres permite uma série de gradações, que recriam as relações de compra e venda, de organização empregalista, de composição do espaço e da própria socialização entre os atores

---

<sup>1</sup> Segundo Cícero Péricles de Carvalho, "em todos estes anos, tal como o Nordeste, Alagoas obteve taxas positivas de crescimento na sua economia. Esse fato permitiu que, por um lado, o número de trabalhadores formais alcançasse 470 mil assalariados com carteira assinada (mais 155 mil contratados que em 2003); por outro, neste mesmo intervalo de tempo, a renda média dos alagoanos empregados cresceu mais de 100%. Esse cenário de crescimento com distribuição de renda tem impulsionado o consumo regional" (CARVALHO, 2012, p. 4).

<sup>2</sup> De acordo com pareceres de pesquisas econômicas realizadas pela DESENVOLVE (Agência de Fomento de Alagoas) em parceria com a Universidade Federal de Alagoas — como o Perfil Socioeconômico das Feiras Livres de Maceió (2012) — a feira livre, enquanto mecanismo econômico formado por microempreendedores individuais, atende substancialmente ao público considerado de "baixa renda" (segmentos C e D), responsável por 70% dos domicílios e 50% do consumo total. Até 2020, o consumo do alagoano deve dobrar, seguindo o ritmo de taxas positivas do setor comercial e de serviços que, desde 2004, vem numa crescente.

<sup>3</sup> Segundo Carvalho (2012), um dos motivos que podem explicar o aumento do consumo em Alagoas está relacionado à remuneração de cerca de um milhão de alagoanos que possuem contrato formal de trabalho ou recebem previdência, bem como aqueles que estão situados na economia informal e os 420 mil assistidos pelo programa Bolsa Família do Governo Federal.

inseridos ali. Apesar de não constituir, em muitos casos, um universo formal de empregos e cargos, a feira livre possibilita mecanismos e relações que criam *funções* (ELIAS, 1994) específicas no bojo da divisão do trabalho. Como abordarei nas seções adiante, são funções muito mais desempenhadas de acordo com uma lógica familiar, com um modelo de subsistência (ao passo que existem produtores que vendem seu próprio produto, sem necessitar de intermediários, como no caso dos supermercados), e que não seguem uma direção pré-determinada e *impessoal* (SIMMEL, 2013) de negócios. Assim, a desordem passa a adquirir definição de ordem mediante os complexos signos que se encaixam à dinâmica do ambiente.

Neste trabalho, tendo como foco o campo da feira livre da cidade de Murici, interior de Alagoas — que atualmente é realizada aos sábados e que comporta aproximadamente 650 feirantes fixos<sup>4</sup> — busco trabalhar alguns dos aspectos citados anteriormente, tal como o espaço e sua organização, mas, principalmente, a relação dos atores sociais com o ambiente, com as instituições e com as outras pessoas. Tento explorar, igualmente, as histórias individuais que desembocam em situações cotidianas, bem como as condições comunicativas que são usualmente encontradas em sujeitos, em transações, em visualizações sobre o evento. Para tanto, como maneira de obter acesso às informações e discussão das mesmas, foi utilizado o método de observação participante, a abordagem etnográfica como metodologia principal e a entrevista semiestruturada com alguns sujeitos — comerciantes e consumidores — procurando destacar as táticas de sociabilidade existentes ali.

A questão que busca ser respondida no presente trabalho é: *quais as relações existentes entre sujeitos e espaço construído na feira livre de Murici?* Dentro desta problemática, outras questões constitutivas serão discutidas: *o que, dentro de um ambiente considerado fundamentalmente comercial, se sobressai em termos de práticas de sociabilidade? Como as pessoas enxergam a feira livre e qual importância que elas a conferem?*

Este trabalho, composto por duas seções principais, pretende observar como podem ser identificadas as expressões relacionadas à feira livre orientado pelo seguinte esquema: na segunda seção, se discute as definições de feira livre, as atribuições relacionadas à cidade, bem como suas formas de comunicação, entre

---

<sup>4</sup> Dados obtidos a partir de entrevista com um agente municipal de desenvolvimento, ligado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Murici, no ano de 2014.

espaço e as pessoas, estabelecendo sempre uma ligação com Murici e sua feira livre. Nesta mesma unidade, tento expor brevemente minha relação com a cidade e com o próprio evento. Na terceira seção, entro devidamente no campo de estudo aqui pretendido, no sentido de demonstrar a feira livre de Murici não somente enquanto ambiente de negócios, mas que igualmente se dedica ao sentido das relações microsociais.

A feira livre como foco de investigação científica, apesar de, acredita-se, possuir importante papel na formação de agrupados e no desenvolvimento de centros urbanos, ainda não constitui um movimento destacável em comparação com os grandes temas das Ciências Sociais. Procurarei, assim, oferecer uma discussão sobre a feira muriciense, buscando contribuir para o entendimento científico desta manifestação.

## 2 FEIRA LIVRE, ESPAÇO URBANO E COMUNICAÇÃO

### 2.1 Dinâmicas sócio históricas e definições de feira livre

A feira livre compõe um espaço no meio urbano caracterizado pela troca comercial e valorativa. É um ambiente de sons, de movimentos, de cores, de diversidade e de comunicação — visual, interpelativa, vocal, simbólica — que explora identificações e que está no limite da proximidade, dos laços afetivamente construídos, da reserva, da intimidade, da *individualidade* (SIMMEL, 1973). A ambiguidade existente na relação entre os universos íntimo e estranho, evidenciados na feira, acabam por se constituir enquanto seus principais fatores formadores, que a caracterizam como tal. A variedade de sujeitos históricos frequentadores deste ambiente permite, inevitavelmente, um trabalho que discuta os *encontros* pertinentes a ele. Portanto, não mais fincado na ideia da exclusividade comercial, como cansam de realizar os trabalhos técnicos sobre espaço ou as pesquisas econômicas, busca-se aqui conduzir pela forma de analisar criticamente o evento supostamente econômico a partir de sua condição em termos de interações humanas, ou seja, as relações sociais que ajudam a estruturar o mercado da feira livre. Dessa forma, de acordo com Edilma Pinto Coutinho *et al* (2006), entende-se que a feira livre se configura como uma forma antiga de comércio, muitas vezes observada como uma maneira ultrapassada de negociar, tendo em vista o desenvolvimento das grandes redes de supermercados nos últimos 50 anos, como aponta Leny Sato (2007) em seus trabalhos.

No interior de sua formação, a feira livre, ademais, adquire a acepção de ambiente de encontros, tomando aqui os termos de Giovanna Araújo (2012). De acordo com esta autora, a feira é também um lugar, além de comercial, adequado à sociabilidade e ao parentesco, organizando uma rede de papéis sociais e transmitindo, através do aprendizado da manufatura tradicional — como o tratamento de carnes, produção de frutos e legumes, e produtos artesanais, geralmente nas zonas rurais dos municípios — seus ensinamentos, numa espécie de cultura do trabalho (THOMPSON, 1998) transmitida geracionalmente.

É difícil ainda, no entanto, obter informações mais ou menos definidas a respeito de como tal força comercial eclodiu e se dinamizou mediante o percurso histórico. Todavia, através da bibliografia acessada, a história da feira livre,

comumente, confunde-se com a própria história das populações. É assim importante, neste trabalho, apresentar linhas mais gerais sobre a historicidade da feira livre na tentativa de estabelecer, em certa medida, conexões com o evento realizado em Murici-AL.

Na Europa, a interligação mais delimitada entre comércio e vida social se apresenta inicialmente na Idade Média sob o modelo de festividades religiosas, que tiveram função essencial na modulação das cidades. Como aponta Sato (2007), as maiores feiras da Idade Média eram sediadas em dias de comemoração eclesial, argumentando também que o ambiente destas feiras se opunha à disciplina do trabalho, sendo caracterizada pelo ócio e por sistemas de lazer, aspectos fundantes destas solenidades. De acordo com a autora, no período medieval, os comerciantes europeus — que não conseguiam negociar seus produtos nos mercados tradicionais das cidades —, cambiavam o excedente de produção nas ruas, proporcionando uma então nova forma de comércio baseada na prática voluntária de troca, que acabara por ser consolidada enquanto padrão comercial com o passar dos anos. Acredita-se — com base na discussão dos diversos autores que fundamentam o presente trabalho — que esta excedência de produção tenha sido o maior incentivo para a criação destes eventos de rua, e que o “excesso de uns” e a “necessidade de outros” permitiram a possibilidade de intercâmbio, de forma inicial pela relação entre pares de grupos específicos participantes do comércio local — ou nos dizeres de Georg Simmel (2013), no formato de *comunidades de vida*<sup>5</sup> —, sem ainda carecer de um lugar especial para efetivar estas transações.

As possibilidades de explicações próprias a respeito de uma origem da feira livre estão relacionadas ao medievo pelo argumento de que ali começaram a surgir expressões que caracterizariam um comércio definido pelo ritual da troca, diferentemente de *estágios de desenvolvimento humanos* anteriores (ELIAS, 1994), como o Feudalismo, assinalado pelo sistema de trabalho fundamentado na ordem servil. Isto é, havia neste contexto, exemplarmente, intenção de autoconsumo da matéria produzida no feudo, sem propriamente determinar que seus bens de primeira necessidade, neste caso alimentos, fossem cambiados com outros agrupamentos.

---

<sup>5</sup> Simmel (2013) define a comunidade de vida como uma corporação medieval que engloba o homem por inteiro, levando em conta sua *personalidade* — em seu sentido religioso, político, social, etc. — e não enquanto mera associação de indivíduos.

O desenvolvimento do comércio na Europa foi acompanhado pelas investidas de expansão territorial dos países europeus em relação a outros diversos continentes. Com a expansão marítima e comercial da Europa, a maneira de comercializar anteriormente mencionada chegou às colônias através da própria necessidade de troca nas rotas comerciais, contribuindo para a formação de mercados locais. É neste sentido que Araújo (2012) — baseada num conjunto de historiadores — aponta para os primeiros momentos de feiras livres, na Europa medieval e na América colonial, como importantes centros de relações comerciais que fortaleceram os respectivos mercados locais em seu sentido econômico. No entanto, àquela época, a substancialidade deste evento aparentemente material movimentava também laços imateriais concebidos a partir de lógicas de sociabilidade, entrelaçando códigos culturais e modificando hábitos, sendo endereço de uma variável quantidade distintiva de atores. A autora descreve da seguinte maneira:

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande, que ultrapassa seu papel comercial e as transforma, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades se congregam para estabelecer laços de sociabilidade. No medievo, as feiras da Europa tinham como objetivo a venda de produtos para abastecer e alimentar a população local. Porém, naquela altura as feiras já se constituíam como espaços de sociabilidade, como lugares de encontros e de reuniões de mercadores de várias regiões (ARAÚJO, 2012, p. 50-51).

Tal mosaico de sociabilidade, segundo Araújo (2012), promoveu uma série de representações que se modificaram com o passar dos séculos e adquiriram novas estratégias e limites de apropriação do espaço citadino, criando rituais e comportamentos específicos. A feira, para muitos frequentadores, colocando aqui como demonstração, surge também como *área de lazer*<sup>6</sup> — termo já bastante discutido por José Guilherme Cantor Magnani (2003). Este espaço urbano, mesmo

---

<sup>6</sup> Magnani (2003) define as áreas de lazer enquanto espaços citadinos específicos construídos socialmente para que os sujeitos ou grupos possam usufruir de seus tempos livres. Este último aspecto, por sua vez, conforme o autor, além de se configurar como fator de manutenção e reprodução da força de trabalho, se torna essencial na medida em que se pode compreender como determinados grupos urbanos, como no exemplo de comunidades periféricas que não possuem acesso aos modelos "desenvolvidos" da indústria do lazer, definem seus esquemas de preenchimento do tempo livre. Neste contexto, os modos de vida e a tradição ganham importância, gerando bailes, festas de comunidade, circos, solenidades de casamento, solenidades religiosas, etc. Assim, a dinâmica do lazer, para Magnani, está relacionada ao revigoramento de regras de reconhecimento e lealdade, aspectos substanciais para a formação de redes de sociabilidade.

diante de suas características de afastamento e considerado um ambiente do *estranho* (CAIAFA, 2002), está disposto sobre uma gama de intenções que o afasta de seu significado original. Janice Caiafa utiliza como norte para seus trabalhos<sup>7</sup>, dentro do campo da antropologia urbana, a noção de estranhamento pertinente à própria “natureza” da cidade. Nesta direção, as pessoas não conhecem a si mesmas, não se situam no mesmo conjunto de valores, estão presentes no campo da imprevisibilidade e a comunicação entre os agentes é sempre forçada por alguma necessidade específica. Utilizando enquanto linha de análise fundamental os códigos de interação em espaços onde os níveis de tecnologia predominam — linhas de metrô no Rio Janeiro e a frota de ônibus em São Paulo — Caiafa (2002) tenta localizar como se definem as relações da fala e os signos comunicativos frente as discontinuidades da metrópole.

Dito isto, considera-se aqui que a feira livre, enquanto representante direta de um suposto discurso da proximidade, é um dos espaços evidentes de manifestação de certas redes de sociabilidades no mundo citadino. No caso de cidades do interior — em um tipo de estrutura que se diferencia da metrópole estudada por Caiafa — as pessoas se locomovem toda semana, advindas de outros centros urbanos e das zonas rurais dos municípios para participarem das feiras livres, no papel de feirante ou de consumidor. Para uns, refletindo uma rede histórica de construção individual, acaba por se desenvolver como um meio de subsistência, de sustento, de complementação da renda familiar, enquanto, para outros, passa a significar um “ponto de encontro”. Em múltiplas ocasiões, para os diversos grupos, ambas as intenções se tornam válidas<sup>8</sup>. Esta pluralidade de sujeitos permite uma modificação curta, mas importante, do cenário urbano das cidades, que altera cotidianos e estabelece uma nova ramificação de valores que se identificam com o espaço, com as pessoas e a política que constroem o evento.

De acordo com Francisco Fransualdo de Azevedo e Thiago Augusto Nogueira de Queiroz (2013), não é possível precisar uma data que esteja associada à realização da primeira feira livre no Brasil. Existem, entretanto, de acordo com esses autores, registros de regimentos do período colonial de D. João III, em 1548, e de D. Afonso IV, em 1677, que tentavam organizar reuniões no formato de feira para que os portugueses pudessem trocar produtos com os nativos. Ademais, um registro

---

<sup>7</sup> 2002, 2003, 2008 e 2011.

<sup>8</sup> Baseado nas experiências de pesquisa no campo em Murici/AL, em 2014 e 2015.

oficial datado de 1732, numa região que hoje pertence ao estado da Bahia, dá conta de uma primeira feira organizada nestas terras. Outras feiras com ocorrência nos séculos XVIII e XIX em diversas localizações do Nordeste do país, incluindo a região que hoje é o Estado de Alagoas, emergem num território onde a predominância de produtos comercializados é dependente da estrutura social e econômica então crescente. A atividade pecuarista e o cultivo de cana-de-açúcar ganham vasto espaço neste cenário inicial da feira livre no Brasil e se estabilizam no século seguinte: em Murici – destaque espacial desta pesquisa - representadas pelos grandes proprietários de terras e pelos associados da Usina São Simeão Açúcar e Álcool LTDA, esta última tendo crucial papel no crescimento demográfico da feira, visto que os trabalhadores empregados por esta empresa adquiriam produtos vendidos no evento de domingo<sup>9</sup>. Alguns entrevistados na pesquisa em Murici, identificados como feirantes mais antigos, chegam a se queixar do fechamento da usina por motivo de prejuízos financeiros nos anos posteriores a 1996, data de sua derradeira moagem, um fato histórico que remonta a realidade do produtor rural daquela cidade e de outros municípios próximos.

Segundo Minnaert (2008), a definição comum do termo “feira livre” refere-se à facilidade de encontrar produtos num mesmo espaço – sobretudo utensílios pouco encontrados em centros de venda formalizados, como frutas, legumes, materiais de alumínio, artigos de palha; artigos da culinária regional, como bolo de milho, pé de moleque, rapadura, etc. De acordo com a autora, a palavra “feira” é originária do latim *feria*, que significa “dia de festa”. Em português, há uma transformação no significado do termo, aludindo a “lugar público que reúne pessoas com intenção mercantil”. No entanto, Minnaert adverte para discussões teóricas, sobretudo no campo da Antropologia, que tentam não perceber a feira livre enquanto este cenário exclusivamente comercial. No Brasil, em específico, a feira livre se apresentou não unicamente enquanto um espaço para se negociar. O evento adquire, conforme a autora, formas que refletem o meio social e os atores envolvidos, seus gostos, as relações de poder intrínsecas, seus processos rituais e comportamentos cotidianos.

Nesse mesmo caminho, Coutinho *et al* (2006) destaca a ideia de não limitação da feira livre como espaço essencialmente de intercâmbio econômico: é um ambiente também de encontros e de lazer, onde a prática de compra e venda,

---

<sup>9</sup> Até o final do ano de 2013, a feira livre de Murici era realizada aos domingos, antes dia tradicional de funcionamento desde o início do século XX, de acordo com Xerri (2001).

muitas vezes, não só se estabelece objetivamente – no modelo de impessoalidade contido no universo monetário da cidade proposto por Simmel – mas é também traçada por laços de confiabilidade e de aproximação, que exploram o ambiente da *personalidade* (SIMMEL, 2013). É percebido que na feira as pessoas se divertem, trocam informações, se articulam politicamente e, muitas delas, apenas se deslocam para aquele lugar com essa intenção, e não para exercer a atividade comercial. Este aspecto, de acordo com Coutinho *et al* (Idem), ganha ainda mais evidência em cidades do interior, sobretudo no Nordeste, onde a feira livre compõe fundamental elemento da força produtiva urbana, promovendo o desenvolvimento sociocultural, facilitando o escoamento da produção familiar, explorando a economia local a partir de preços reduzidos e impulsionando hábitos culturais ao valorizar atividades artesanais de determinada região.

Por fim, conforme Sato (2007), a feira livre organiza-se a partir da tentativa de relações sociais e suas primordiais características são: mesclar o mundo do trabalho com o universo de representações familiares e de intimidade; ativar mecanismos que agem em concordância com categorias de cooperação e competição, onde a lógica do "quem vende mais" ou "quem compra o mais bonito" é sempre amenizada pelas dinâmicas da afetividade.

Este panorama não muito se diferencia em Murici, município da Zona da Mata alagoana, cortado pelo Rio Mundaú, historicamente dominado pela economia açucareira e que tem na feira livre da cidade o ponto maior de abastecimento alimentício. Murici é destaque quando se pensa a agricultura familiar<sup>10</sup> e região frutífera quando se trata da pecuária bovina. A feira livre, neste contexto, possui um papel importante como meio pelo qual se distribuiu e ainda se distribui a carga produtiva do município.

Dessa forma, o tema da presente pesquisa é a feira livre que ocorre semanalmente em Murici, seu caráter econômico que está envolto pela correlação com a dinâmica da produção formalizada — que aparece representada pelos negócios em formato de mercadinhos, armarinhos, quitandas, etc. Todavia, pretendo trabalhar, especialmente, a *humanização do trabalho* (CAIAFA, 2011) que define a feira não somente enquanto âmbito comercial, mas também enquanto lugar que abre caminho para a proximidade. O modelo de organização proposto pela

---

<sup>10</sup> Informações obtidas a partir da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Murici.

Prefeitura Municipal através de agentes fiscalizadores que a representam e a manipulação do espaço a partir da localização dos feirantes, bem como seus códigos de regulação, também ganham relevo. De igual forma, se tornando importante esclarecer as transformações ocorridas pela relocação da feira nos últimos anos, evidencia-se brevemente a modificação do espaço que foi aplicada a partir de 2010 devido às inundações que atingiram o Estado de Alagoas e a cidade de Murici.

## **2.2 Lógicas do espaço urbano, a comunicação na cidade e na feira livre em Murici**

Neste tópico serão abordadas algumas considerações sobre a cidade e suas formas de comunicações dos sujeitos entre si e com o espaço construído. Igualmente, se dará atenção aos modos de instauração de uma típica impessoalidade contida no meio urbano e também de seus espaços onde a personalidade ganha destaque. São fatores relevantes quando nos debruçamos sobre o espaço de singularidade de interação que é a feira livre. Se destacarão pesquisas e reflexões que têm na cidade um campo de afastamento e de parcial aproximação, sugerindo um forte dualismo em seus limites. Tal discussão será fundamental para que toquemos no assunto relacionado à feira livre da cidade de Murici mais adiante.

A cidade, enquanto organização da vida social, é o âmbito do afastamento, do imprevisto, do descontrole, da impessoalidade, em detrimento à lógica atribuída aos territórios rurais e às cidades de menor porte. Essa diferenciação está inserida nos indivíduos, que possuem uma *estrutura de personalidade* (ELIAS, 1994) construída histórica e institucionalmente e também está baseada nos jogos dos afetos. A impessoalidade na cidade é descrita por Simmel (2013) como tendo bases fortes sustentadas pela *economia monetária*. Para o autor, no contexto da modernidade, o *dinheiro*<sup>11</sup> adquire uma dupla característica, positiva e negativa. É, num primeiro

---

<sup>11</sup> O dinheiro, que é compreendido como valor de troca universal, ao adentrar nas relações entre as pessoas, de acordo com Simmel (2013), destituiu — ou tirou de foco — as relações pessoais promovidas pela vida em comunidade. A liberdade individual possibilitada pelo dinheiro tornou a vida humana mais veloz, mais dinâmica. No entanto, essa mesma velocidade passou a ser encontrada também nos contatos humanos, na medida que transformou os encontros mais superficiais, mais breves e objetivos. E é aqui que se fundamenta o surgimento da economia monetária, da cultura moderna: é, ao mesmo tempo, a preservação da liberdade individual e também da impessoalidade nas relações da vida, com outros sujeitos e com as coisas.

momento, o fator libertador humano, que desprende o indivíduo da dependência de outros indivíduos específicos, por ser concebido enquanto um elemento de troca universal, compreendido em todas as partes, o que possibilita a independência nas movimentações econômicas.

Por outro lado, de acordo com Simmel (2013), essa mesma característica universal, a independência de relações comerciais específicas, transforma o contato humano em um contato comercial, que é a base da impessoalidade na cidade. Esse último aspecto determina a uniformidade das relações. O dinheiro, como sendo esse meio de troca universal, desconsidera as especificidades e constrói um sistema de nivelção. Assim, o autor define o dinheiro enquanto a força maior para tragédia da cultura moderna, onde a espécie, a cédula, submete o valor qualitativo do homem à dinâmica estrutural quantitativa:

(...) a economia monetária possibilitou inúmeras associações que demandavam de seus membros apenas colaborações em dinheiro, ou estavam direcionadas para um mero interesse monetário. Desse modo, por um lado, possibilita-se a objetividade pura nas atividades da associação, o seu caráter puramente *técnico*, o seu desembaraço de tendências pessoais; por outro lado, liberta o sujeito de laços restritivos, dado que agora ele está ligado ao todo não mais como pessoa por inteiro, mas principalmente por meio de doação e recebimento de dinheiro (SIMMEL, 2013, p. 332)

Na mesma direção, Janice Caiafa (2002) argumenta que a cidade é o espaço construído do estranho, do desconhecido, do impessoal. Para a autora, quando o indivíduo se aventura em meio ao ambiente urbano está sujeito a experimentar a descontinuidade, a diferença, ao passo que dificilmente torna-se localizável para o outro, é visto como "mais um" na urbanidade, diferente do que ocorre no universo familiar da residência ao qual está habituado. Este mundo do não sabido, do desconhecido, do "nivelado" é o que caracteriza as cidades e possui seus próprios códigos comunicativos, mais fechados em si mesmos, protegendo subjetividades individuais. Nas cidades, se constrói um ritmo nas exterioridades que acaba por afetar, para bem ou para mal, a subjetividade do sujeito. Os indivíduos se afetam com os transeuntes, com o que está de passagem e com o próprio espaço construído.

As condições para o cenário acima descrito se apresentam parcialmente diferentes, porém, quando tentamos abordar a feira livre de Murici neste ambiente

de impessoalidade, como se este evento se inscrevesse num universo alternativo para uma visão estática do afastamento no meio urbano. Assim, observar a feira neste sentido é enxergar um leque variável de possibilidades que envolvem as dinâmicas da sociabilidade. O feirante, exemplarmente, muitas vezes não aborda questões primordialmente relacionadas ao seu ofício profissional (característica muito presente nos grandes centros) e a detalhes de sua produção, impessoais. O vendedor, intencionando interagir com o cliente — adentrando em sua intimidade e se localizando nos hábitos de seu interlocutor —, busca sempre proporcionar situações que promovam os processos de fidelidade<sup>12</sup>. A identificação construída com o cliente a fim de obter o lucro — não de maneira intencional, mas como uma própria característica da personalidade existente na feira — ocorre com alguma frequência, elaborando discursos e relações sociais. Logo, se constrói uma *rede educativa informal*, construída a partir das diversas formas de representações que a vida *estranha* (CAIAFA, 2002), com os seus imperativos monetários — tão frequentemente destacados por Simmel (2013) —, ainda não conseguiu dissolver por completo. Assim, a feira livre se inscreve enquanto um tipo de comunidade, em que os sujeitos interagem face a face e edificam, cuidadosamente, códigos de comportamento em relação a eles mesmos e em relação ao *lugar praticado* (CERTEAU, 2012) da cidade.

O metrô<sup>13</sup> do Rio de Janeiro, servindo aqui para ilustrar a urbanidade e suas dinâmicas, intercala-se com a tecnologia. De acordo com Caiafa (2011), o passageiro entra em contato constantemente com equipamentos técnicos, em todo o lugar. É uma inter-relação do humano com a máquina, promovendo uma sociabilidade específica e reconfigurando as relações das pessoas com o metrô. As relações observadas na feira livre de Murici, por outro lado, seguem uma lógica de funcionamento distinta. A quase inexistência de tecnologia naquele espaço força as pessoas ao diálogo, à conversação, ao toque, aspectos que constroem a própria feira e seu histórico de relacionamentos. Logo, estes comportamentos discursivos — pois, tratam-se de argumentos que detêm de um sentido — se transformam numa inquietante busca pela interação. Caiafa (2011) afirma que no Brasil existe uma busca incessante pela "humanização" do trabalho — e talvez aqui a feira livre sirva

---

<sup>12</sup> Condições observadas em diversas situações no campo de pesquisa em Murici.

<sup>13</sup> Objeto de estudo de Caiafa (2011) na tentativa de descrever os tipos singulares de sociabilidades desenvolvidas naquele espaço e pesquisa fundamental para compreender os processos de relações cidadinas.

como um exemplo destacável. Em outros países, na Europa e na América do Norte, as máquinas de autoatendimento são vistas mais frequentemente. As cabines de fotografia, citadas pela pesquisadora, destituem a ação humana, enquanto por aqui há todo um processo includente da participação de pessoas.

Esta participação "humanizada" no meio urbano, neste sentido, inclui comumente uma dinâmica de conversação e pode instaurar, desta forma, trocas igualitárias ou hierarquizadas no processo de comunicação, como aponta Caiafa (2003). Entre feirantes e consumidores da feira livre de Murici esta condição se torna clara na medida em que há uma relação de sujeição do feirante ao produto por ele comercializado. Neste caso, o produto precisa estar apresentável, bonito, e cabe ao consumidor, ao mesmo tempo, definir se o adquire e legitima a condição de bom vendedor do feirante. Há, neste contexto, uma hierarquização mais clara do que noutra situação típica da cidade, como nas interações concebidas no ônibus de uma metrópole — um dos temas de estudo da autora —, em que os encontros entre desconhecidos, possuintes de distintos mundos, são mais facilmente localizáveis e não detêm de um plano específico de comportamento, nem são tão definidos os papéis a exercer. Afinal, "estar entre estranhos é livrar-se em algum grau de sua identidade ou sua definição" e, nos contextos em que a heterogeneidade é imponente "há uma desinserção provisória e uma complicação maior para se definir alguém" (CAIAFA, 2003, p. 175).

Na urbanidade, há também um constante jogo de estratégias pessoais de comunicação — entre estes sujeitos que desconhecem o mundo de outrem —, que, acima de tudo, são *criadoras e criativas* (CERTEAU, 2012), e que são condicionadas pelas diversas situações encontradas nos casos urbanos. Na feira livre, por exemplo, é sempre visível o feirante competindo com seus companheiros de ofício. Numa situação repentina, ao avistar o cliente com intenção de compra se dirigindo a outra banca, certo comerciante passa a atraí-lo criativamente através dos tradicionais chamamentos em forma de gritos, ao mesmo tempo negociando os preços previstos, muitas vezes diminuindo-os. Todavia, esta não se trata uma típica situação de competição comercial moldada pelos tipos urbano-industriais de comércio. Além de uma competição na qual "vende quem tiver o melhor produto", a comunicação que exprime a proximidade e a fidelidade são também abordáveis. Isso pode ser representado através destes mesmos chamamentos: "vem, moça, que o preço tá bom" ou o mais comum "ta fresquinho, vem prá cá que tá melhor"; além

do “tá na promoção, e ainda dou um desconto pra senhora”. São tipos de comunicação que, mesmo num ambiente urbano, garantem a venda e definem um sentido, uma direção, além de proporcionar um caminho para a intimidade que permitirá que o cliente classifique como a sua banca preferencial futuramente<sup>14</sup>.

Entretanto, Caiafa (2003) afirma que há também riscos neste processo comunicativo da urbanidade. Sobretudo, quando se tratam de abordagens violentas, a comunicação tende a revelar o desconhecido, próprio do contexto citadino. Conforme a autora, nos ônibus coletivos — seu campo de análise — isso pode ser claramente representado pelas situações propriamente violentas, atribuídas aos assaltos e às discussões acaloradas. Na feira livre de Murici, todavia, estas condições violentas da vida urbana podem se relacionar aos comportamentos mais lúdicos presentes no espaço, como a paquera e o fuxico. Por muitas vezes, algum feirante mais ousado investe galanteios na moça bonita que passa por ali. No entanto, isto, em diversos momentos, também pode ser rechaçado, através de uma negação às cantadas ou simplesmente a partir de um olhar pouco amigável. Isso revela, igualmente, pontos de reserva num espaço de maior sociabilidade, bem como uma sujeição ao risco de recusa comunicativa.

Nem todo comportamento acaba por ser recepcionado de bom grado na feira livre. Mesmo diante do risco, no entanto, também há sempre comunicação, conversa, sobre coisas boas e ruins. Todavia, diferentemente de outros espaços da cidade, não há uma dificuldade muito clara sobre os procedimentos utilizados para “se iniciar uma conversa” ou “se encerrar uma conversa”. Tudo acaba por se tornar mais fluído, menos esquemático. Durante a atividade campo, diversos exemplos foram vivenciados. Um cliente chega numa banca já reclamando do preço alto dos cereais, afirmando que procurará noutras bancas um melhor produto por um preço adequado, ao passo que é frequentemente convencido pelo vendedor — que geralmente diminui o preço — a ficar. Ou no caso consumidor que vai embora, sem mesmo se despedir, apresentando uma condição de que não estaria investida ali uma relação de fidelidade de compra.

A conversa na feira em Murici é o tempo em que se está presente ali, isto é, durante o evento que logo terá fim e será “desmontado” temporariamente. Os encontros acabam por ser transitórios — levando em consideração o tempo de

---

<sup>14</sup> Situações observadas no campo de pesquisa em Murici.

duração da feira —, mas não últimos, ao passo que se pode acontecer novas das mesmas interações na semana seguinte, noutro dia de ocorrência da feira livre.

Em geral, os níveis de comunicação na feira livre, como se pôde observar em Murici, não são restritos a duas ou três pessoas. Por estar sendo proporcionada num lugar aberto, a conversa tende a abranger a participação de sujeitos de maneira ilimitada. Em alguns casos presenciados no campo, diversas pessoas tomam a frente de uma compra individual, dando os famosos “pitacos”, dicas que, em grande maioria, não são dispensadas. Em várias ocasiões, os feirantes discutem a vida íntima, as situações sexuais e contam, no entorno, com a participação de um verdadeiro *auditório* (CAIAFA, 2003). Assim, a vida cotidiana é frequentemente o foco das conversas, que estão em constante abertura para quem queira participar, sem maiores problemas. Eu mesmo, enquanto pesquisador, já fui conduzido a um destes tipos comunicativos na feira livre de Murici, num assunto que não chegava, inicialmente, a ser interessante para a pesquisa em si, mas que, enquanto participante deste auditório, estava sendo interpelado, condicionado a dar opiniões ou criticar alguma ação. Essas conversas com estranhos — pessoas alheias à sua rede familiar ou de conhecidos —, construída por situações mais ou menos inéditas, segundo Caiafa (2003), está sustentada pela elaboração de mais um conjunto de invenções, que permitem deixar cada vez mais o discurso criativo. São, portanto, “táticas” (CERTEAU, 2012) proporcionadas pela experiência de outrem no campo de relações da cidade, onde experimentamos mundos possíveis próximos da realidade através da linguagem.

De fato, as modalidades de comunicação no meio urbano possuem amplas dimensões. De acordo com Caiafa (2003), quando usuários de transporte público, exemplarmente, dividem um mesmo espaço dentro do veículo, onde são estranhos uns aos outros, também compartilham um tipo específico de comunicação e sociabilidade, possivelmente latente, com expressões que usam o corpo, promovendo uma experiência tipicamente urbana. Em relação ao caso da feira muriciense, isto ocorre de uma forma menos “tímida”, levando em conta o tamanho da cidade e os graus de proximidade entre seus moradores. Os sujeitos, em certa medida, se conhecem previamente — o que não implica dizer que não há ação da imprevisibilidade urbana. Todavia, estabelecem entre si um tipo singular de comunicação. Em geral, quando pensamos na ocasionalidade de encontros de consumidores na feira livre, o assunto do cotidiano não é esquecido: as pessoas

costumam falar de suas vidas, despejando problemas ou situações cômodas umas nas outras. Nestes encontros, usualmente, não se fala sobre as coisas da feira. Os produtos são discutidos com os feirantes, que possuem o conhecimento adequado a respeito. O esquema consumidor/consumidor não se distancia da conversa sobre a vida cotidiana, sobre as pautas da vida íntima.

Outro argumento pertinente de Caiafa (2008) é que no ambiente urbano sempre há uma relação comunicativa com o espaço construído. No ônibus, tema da pesquisadora, “experimentamos fortemente o espaço construído porque o ocupamos, ali entramos, e todos os nossos sentidos tendem a ser mobilizados” (CAIAFA, 2008, p. 2). Na feira livre de Murici isso pode ser interpretado através da visão do consumidor. Ao adentrar no universo da feira, seus olhos se transformam numa atenta ferramenta seletiva da condição visual dos produtos. Os próprios feirantes reconhecem isso quando, ao preparar suas bancas de frutas, por exemplo, escolhem aquelas aparentemente mais frescas, mais bonitas. É uma tática de chamamento, que constrói o espaço, mesmo que seja somente o seu. Igualmente, a audição ganha um importante papel, pois os gritos e a familiaridade contida nas falas específicas dos feirantes propagandeam sua produção e o cliente precisa estar desperto. O espaço construído promove a necessidade de contato, de comunicação, pois “ocupar o espaço construído das cidades é experimentar de alguma forma sua força enunciativa” (CAIAFA, 2008, p. 2). Em todo e qualquer momento na feira livre há este caráter interpelativo, que conduz ações, ao passo que manifesta também todo um aparato simbólico: a intimidade, a desconfiança — que pode ser representada pelo simples fato de não se acreditar na lábia<sup>15</sup> do vendedor e na condição ideal de seus produtos —, a fidelidade do consumidor em relação ao feirante, construída a partir de um jogo de intimidade rara em outros universos sociais urbanos, etc.

A comunicação com o mundo urbano proposto por Caiafa (2008) também é estabelecida com a rua e suas dimensões, com o asfalto e com as casas. A autora explora entendimentos sobre processos de *regulações*, que são representadas pelas *orientações* impostas ao indivíduo em seu campo de atuação, chamando a atenção para a característica “expressiva” de espaços específicos, de seus aspectos comunicativos. Na feira livre de Murici, tomando como foco, podemos citar as faixas

---

<sup>15</sup> Gíria muito presente no espaço da feira e especialmente relacionada aos feirantes.

amarelas (figura 1) que delimitam os lugares de cada feirante na extensão da Rua João Ferreira Lopes — em maior ou menor grau dependendo do tamanho da banca/barraca — impondo-lhes um limite de espaço e dizendo-lhes: “daqui você não passa”<sup>16</sup>.

**Figura 1: Linhas amarelas que delimitam o espaço de cada banca de feirante em Murici**



Fonte: de autoria do pesquisador

Esse sistema sinalizador, conforme Caiafa (2008), é denominado *mídia locativa analógica*, contraponto da mídia locativa digital, esta instalada em lugares cujo nível tecnológico é maior. Os indivíduos são interpelados por estas situações e conduzidos a se portarem de acordo com determinado caminho, legitimando o espaço *exigente*<sup>17</sup> em que estão envolvidos e inseridos. Esse processo de regulação representado pelas faixas amarelas é assistido pelos grupos de fiscalização disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Murici, a qual os feirantes, em certa medida, temem. “Podem nos multar se passarmos da linha”, diz João Fernandes, feirante em Murici há 11 anos.

A exigência do espaço, neste sentido, está indissociada da ação reguladora municipal, responsável pelos procedimentos de ordenamento da feira livre, caso de

<sup>16</sup> Dizeres de um dos feirantes, que ressaltou a limitação do espaço.

<sup>17</sup> Termo utilizado por Caiafa (2008) para justificar o teor regulador dos espaços de sociabilidade no sistema de metrô do Rio de Janeiro.

dimensão de poder ressaltada pela vigilância. Supostamente um “bem coletivo” para os participantes da feira, esta vigilância por muitas vezes oprime simbolicamente, limitando certos comportamentos e compondo outros novos. É a organização urbana proposta pela prefeitura que orienta os feirantes onde devem ficar e, como consequência, indica aos consumidores os caminhos da feira que devem trilhar, mesmo que — é preciso ressaltar — este arquétipo não seja frequentemente obedecido. Em resumo, a instituição administrativa máxima da cidade impõe regras, estipulando a dinâmica de circulação e, ao mesmo tempo, tentando impedi-la em determinados trechos através de representações gráficas de comunicação — as faixas amarelas — espalhadas pelo espaço.

Desta maneira, a alternativa mais próxima — mas, não única — para burlar esta “linha do limite” para estes feirantes é através da exposição, interagindo com o cliente a partir das diversas formas de chamamento, da comunicação pessoal do modo mais explícito. De toda forma, este tipo de repressão dos sentidos parece não ser percebida nem pelos feirantes, pouco menos pelos consumidores. Parece estar tão profundamente inserido em suas estruturas que essas imposições aparentam não possuir muita importância e não se apresentam como uma grande dificuldade para o funcionamento pleno do evento.

Os espaços de maior comunicação na feira livre de Murici, além disso, são variantes de acordo com o fluxo de transeuntes presentes em cada esfera. Por exemplo, há muito mais burburinhos, diálogos, conversações e chamamentos feirantes na parte em que se comercializam produtos de primeira necessidade (como frutas, carnes e peixes) que se concentra na região central da Rua João Ferreira Lopes, fluxo parcialmente explicado pela insuficiente rede de quitandas existentes na cidade, o que faz aumentar a procura por estes artigos, foco de venda maior deste *equipamento de serviço*<sup>18</sup>.

Assim, é possível afirmar que no conjunto de interações que traduzem a cidade existem, ao menos, dois modelos de comunicação específicos que podem ser verificados em diversos planos de sociabilidade, tanto em ocasiões consideradas “mais simples”, onde os níveis da linguagem se estabelecem mais ampla e abertamente — como é o caso das feiras livres —, bem como nos tipos menos

---

<sup>18</sup> Caiafa (2008) aponta para o *equipamento de serviço* enquanto um dispositivo urbano que fornece algum tipo de serviço coletivo.

expostos, onde a linguagem se estabelece mais corporalmente, como no caso da comunicação nos transportes urbanos das metrópoles.

### **2.3 A experiência com o campo, a experiência com a cidade de Murici e o Ser Afetado**

Nasci em Murici. Cresci sendo acompanhado por um fenômeno que chamava atenção, que modificava, em alguma medida, a rotina das pessoas. A feira livre da cidade sempre me foi muito presente, afinal, morei a maior parte da vida no espaço em que a mesma acontecia, na rua e no município. Sempre me foi curioso o modo como aquilo tudo era construído, as várias pessoas que chegavam rapidamente de diversas partes da cidade e, no caso dos feirantes, de diversas partes do Estado de Alagoas, e o modo como todo esse esquema era também rapidamente dissolvido em pouquíssimas horas. Sempre me pareceu interessante as muitas maneiras de se organizar um espaço tão múltiplo. Também bastante me foi intrigante, neste percurso de vida, as formas de dividir o espaço da produção. Parecia tudo muito bem pensado, todos organizando cada unidade de venda por tipo de produto e, muitas vezes, cada banca/barraca construindo um verdadeiro mosaico de cores.

Outra curiosidade era como o movimento das ruas era temporariamente alterado durante o período de funcionamento da feira livre de Murici. Lembro que, este último aspecto, me deixava incomodado, uma vez que era difícil sair de casa para encontrar os amigos num domingo — até 2013, a feira livre em Murici ocorria neste dia da semana — sem atravessar um verdadeiro mar de gente. O cheiro provocado pelos restos de pescados — na antiga localização, a parte baixa da cidade, mais precisamente a Avenida Manoel Fernandes, na qual residi até 2010 — era outra queixa pessoal. Meus pais, nesta época, por volta do ano de 2000 ou 2001, estavam diretamente conectados a todo este ambiente da feira. Minha mãe, Maria, exercia a atividade da compra todo dia em que o evento tinha ocorrência e, de acordo com ela própria, "se perdesse o dia da feira, não tinha o que comer durante o restante da semana". Parecia ser necessário seu envolvimento com o evento, necessário para o bem-estar da família, uma vez que pouco se encontrava, sobretudo àquela época, os produtos e alimentos fornecidos pela feira de Murici em outros pontos de comércio fixos da cidade. Ela mesma chegou a afirmar — numa conversa casual ao saber de minha intenção de pesquisar a feira de Murici:

Ir pra feira é um hábito de comprar que a pessoa se acostuma e quer ir sempre. Estou até sentindo falta de ir pra feira, pois não estou indo por causa do trabalho. Pena que nunca mais eu pude ir porque gosto de comprar linha, tecido, essas besteirinhas lá. Não frequento a feira hoje porque trabalho aos sábados e domingo. Mas eu gosto mesmo é de ir pra feira. A feira é uma tradição. Se acabar a feira, acaba Murici. A cidade não vive sem a feira. Costumo comprar verduras, frutas, ervas, temperos. Esse tipo de produto não se encontra nos supermercados daqui com a mesma qualidade. A feira também sempre é mais barato e você acha de tudo. Gosto também de comprar roupa. Tudo que você precisar tem na feira.

Nos dias de feira, minha mãe estava sempre com pressa. Os afazeres domésticos do turno da manhã eram essenciais para que seu dia fosse produtivo. Então, logo às sete da manhã, se dirigia para a feira, pois, além de o horário atender a uma ordem de funcionamento ideal de sua rotina pessoal no domingo, era propício para encontrar produtos frescos. "Vou nessa hora por causa do clima (por estar mais arejado) e da qualidade do produto. Quando vai ficando tarde, as coisas começam a ficar com uma 'cara' ruim", afirma com uma segurança no olhar, experiência de quem participa e convive com a feira livre de Murici há mais de 30 anos. Tal convivência, ademais, pode se sustentar, em diversos casos observados no trabalho de campo desta pesquisa, como uma espécie de tradição referente ao consumo, passada de pais para filhos. Antes de minha mãe, minha avó já participava do evento e passou a influenciar sua filha desde cedo, levando-a a esses encontros semanais, processo que, aparentemente, foi perdendo força com o passar dos anos. Supõe-se aqui — baseado em entrevistas discutidas com o campo — que em épocas anteriores os laços familiares eram mais estreitos, sustentados justamente por essa lógica tradicional, e que os papéis (econômicos, de divisão do trabalho na casa, etc.) que estruturavam o "lar" eram ordenadamente posicionados no ambiente familiar.

Particularmente, como representante do grupo mais afastado da feira livre enquanto lugar de encontro, nem sempre frequentei o evento. O contato quase sempre se limitava ao ato comercial, quando era especialmente necessário adquirir alguma coisa proveniente da feira. Meu pai, Dermeval, ao contrário, sempre possuiu certa ligação com os feirantes próximos à nossa residência. Por um lado, essa relação constantemente permitiu o "preço camarada" em suas compras, tendo como retribuição, por exemplo, o café, o churrasquinho ou a água potável levados todo dia de feira para aqueles que vendiam artigos no evento. Por outro, se construiu

também uma rede de proximidade no percurso dessas ligações. Por diversas vezes, presenciando de perto essas relações, ouvi de meu pai o "fulano não veio hoje? Por quê?" quando algum feirante, por um motivo ou outro, faltava ao evento em determinada semana. Quando esses feirantes, ainda pela madrugada, chegavam nos caminhões fretados para transportar suas respectivas mercadorias advindos de outros municípios, meu pai também oferecia auxílio, geralmente com um sorriso no rosto e sendo recebido com brincadeiras. É importante ressaltar que, nestes casos, a participação na feira promoveu o surgimento dessas relações mais íntimas, que exploram as personalidades, apesar de considerar aqui que a feira livre não constitui universo único para que interações deste tipo ocorram na urbanidade. Esses tipos de situações, porém, podem ser melhor trabalhadas em pesquisas futuras.

**Figura 2: Avenida Manoel Fernandes, uma das antigas ruas que abrigavam a feira livre de Murici até 2010**



Fonte: de autoria do pesquisador

Com relação à pesquisa aqui em desenvolvimento, as visitas a campo não obedeciam rotas pré-estabelecidas do espaço, sempre segui o fluxo de pessoas, que me levavam às mais distintas situações. Mediante às movimentações que tive

neste *lugar praticado*<sup>19</sup> (CERTEAU, 2012), inevitavelmente me tornei vulnerável as práticas de proximidade com o ambiente. Neste espaço, encontrei pessoas, conhecidos da minha vida na cidade de Murici e com os quais, muitas vezes, durante o trajeto, mantinha alguma breve conversação sobre diversos temas, onde, comumente, levantavam questionamentos sobre "meu bloco de notas", utilizado para construir o diário de campo. Estes rápidos encontros colocaram um complexo problema ético, entre o que seria supostamente apropriado para desenvolver uma pesquisa baseada em modelos e metodologias de afastamento do campo pesquisado e a própria estrutura individual do pesquisador, nascido e criado na cidade de Murici. No entanto, esta abordagem aparentemente "perigosa" de investigação passou a gerar, em minha atividade de pesquisa, uma ampla possibilidade de estranhamento dos códigos de comportamento que, na vida cotidiana, passam despercebidos.

Assim, se constrói um novo olhar sobre a realidade, múltiplo, que antes, no estágio pré-campo, seria impensável. É neste caminho que Magnani (2003) admite a ideia do encontrar o inesperado no campo de pesquisa. O pesquisador geralmente vai carregado de referenciais teóricos e referenciais pessoais para o campo e, por diversas vezes, é surpreendido. Foi assim numa pesquisa sua em 1997 – onde, se utilizando e, ao mesmo tempo, confrontando Roberto DaMatta e sua teoria da casa versus rua, desvendou uma nova categoria, o pedaço<sup>20</sup> - e de um ex-aluno seu, que, ao investigar um botequim esperava encontrar depoimentos que afirmassem que o ambiente era tido enquanto área de lazer, mas que acabou encontrando a resposta higiene mental, um espaço de transição entre o universo do trabalho e o universo da casa. Era evidente a diferença existente entre os sentidos de lazer encontrados. Lazer para eles era fazer outras coisas, geralmente no fim-de-semana. Isso foi um caminho a seguir. Logo, “o espaço fora de casa não é homogêneo, permite gradações, apropriações seletivas” (MAGNANI, 2003, pg. 89) e isso tudo pode estar presente na abordagem afetiva do campo.

---

<sup>19</sup> Michel De Certeau (2012) define o lugar praticado como aquilo que é imóvel e que apenas se modifica ou "se movimenta" a partir das dinâmicas de usos simbólicos dos atores presentes em determinado espaço.

<sup>20</sup> Magnani (2003) define o *pedaço* como um espaço público situado entre o universo doméstico e universo da rua. Este espaço, na visão do autor, está relacionado a determinados lugares urbanos onde se desenvolvem sociabilidades básicas. Todavia, estas sociabilidades são mais amplas que os tipos visualizados na vida doméstica e mais densas que aquelas encontradas no modelos de relações impessoais das cidades. Neste caminho, existem inúmeros pedaços referentes aos mais variados contextos e grupos.

Desta forma, tomando como princípio minha vida enquanto indivíduo e pesquisador, no momento da investigação científica: seria possível, de fato, separar o lado afetivo, de proximidade com o objeto, da questão metodológica?

O artigo "Ser Afetado", da etnóloga francesa Jeanne Favret-Saada (2005), coloca em questão esta posição do pesquisador diante da investigação antropológica. A autora discute, a partir de um levantamento bibliográfico que tematiza a *feitiçaria* e, de igual maneira, tendo enquanto base sua pesquisa na localidade francesa do Bocage, as possibilidades de interações afetivas com o objeto e seus interlocutores. A pesquisadora exibe uma destacável crítica a importantes etnólogos anglo-saxões e franceses do século XX, procurando expor a unilateralidade empírica que estes se utilizaram para dar conta do problema da feitiçaria, sobretudo nos casos africanos. Favret-Saada afirma que esses pesquisadores negavam, no decorrer de suas obras, a existência de uma prática semelhante a da feitiçaria na Europa rural, discursos que surgiam na tentativa de não submeter-se a ideia de que, num continente "civilizado", ainda havia algo tão "primitivo", evitando, assim, contato direto e afetação com a feitiçaria. A afetação, todavia, para a autora, aparece enquanto metodologia de pesquisa, único possível para entender as lógicas rituais e comportamentais do processo etnográfico.

Favret-Saada refere-se também a questão da comunicação diante da aventura de campo. Quando tomada para si a estratégia da afetação como modo de investigar, quando o pesquisador se deixa ser afetado pelo objeto, a *comunicação ordinária, voluntária e intencional* torna-se insuficiente e não se constitui enquanto forma de obter informação sobre a experiência humana, *subjetiva e não verbal*. O pesquisador, assim, aceitando ser afetado por todo o universo pesquisado é reconhecido pela rede de intervenções nativas como parte do processo, apropriando-se ainda mais de suas acepções. Isso não significaria, porém, que o pesquisador se identificaria com o objeto e/ou sua carga simbólica, mas, ao contrário, se aproximaria ao máximo de sua representação.

Logo, na ocasião da feira em Murici, tornou-se quase natural o entrelaço dos valores do pesquisador, de minha vivência de vida e dos aspectos científicos da pesquisa. Ora, é possível tomar ao pé da letra o afastamento pesquisador-objeto tão postulado por alguns teóricos clássicos das Ciências Sociais? Acredito que não. Em alguma medida, o pesquisador sempre se identificará com algo. A questão deve se

concentrar nos instrumentos metodológicos que utilizará para obter resultados mais consistentes.

### 3 SOCIABILIDADE E COTIDIANO: A FEIRA LIVRE EM MURICI

Após a familiarização com os termos respeitantes à feira livre e à urbanidade, expostos brevemente na segunda seção deste trabalho, bem como as condições de *afetação*, tentarei, a partir da construção desta última parcela de contribuição pesquisadora, elaborar um encontro entre a discussão teórica proposta aqui e dados discutidos no campo de pesquisa (não obstante, já tendo sido apresentado, em alguma medida, alguns aspectos desta discussão na seção anterior). Para tanto, se fez essencial a pesquisa *in loco*, com base na observação participante, buscando, especialmente, através dos processos de entrevista, abordar alguns relatos individuais que pudessem iluminar diversas lógicas de funcionamento da vivência cotidiana.

Neste caminho, Guita Grin Debert (1986) atribui ao tipo qualitativo de entrevistas a responsabilidade pela familiaridade do pesquisador em relação a um determinado contexto. Logo, essencialmente, o relato pode aproximar o observador do observado, contrastando com outros métodos. Por isso, “nossa tarefa enquanto analistas é entender esses relatos e depois apresentar um quadro minimamente coerente (...)” (DEBERT, 1986, p. 150). De acordo com a antropóloga, assim, a representatividade do relato não está situada na importância do cargo ou na representação social do indivíduo, por exemplo, mas está contida na riqueza de detalhes que podem fazer com que o entrevistador, em certa medida, possa vivenciar o evento histórico, conseqüentemente, sob determinada ótica, contestando os documentos oficiais.

Não se pode aqui, todavia, restringir a análise processual da feira livre de Murici ao relato. Há condições que exigem, como em qualquer outra pesquisa, as fontes históricas locais – neste caso, como se pôde comprovar, em níveis escassos<sup>21</sup> – e a organização do espaço imposta pela prefeitura da cidade de Murici. Conquanto, historicamente, não houve preocupação por parte das instituições oficiais em organizar um documento próprio, que iluminasse tanto os acontecimentos relativos à feira livre quanto a outros eventos históricos importantes ligados ao desenvolvimento sociocultural, político e econômico na cidade

---

<sup>21</sup> As obras "Dois Séculos de História", escrita por Jimmy Xerri, originalmente publicada em 2001, e "Major Barros da Pedra Branca", escrita por Joaldo Cavalcante (2006) figuram entre os poucos documentos que retratam a história muriciense e seus personagens dos séculos XIX e XX.

muriciense. Assim, diante de tal insuficiência documental, o relato ganha respaldo, sendo o trabalho de campo essencial.

Nesta seção, abordarei alguns aspectos destes relatos vocalizados pelo campo, dando foco às sociabilidades encontradas, a ludicidade e as articulações inerentes a ele. Aqui trabalharei a experiência mais de perto com os interlocutores, as surpresas, as desconfianças e as ações institucionais.

### 3.1 Aspectos históricos da feira livre de Murici

A feira livre da cidade de Murici, município localizado a 44 km<sup>22</sup> da capital alagoana, Maceió, tornou-se, com o passar das décadas, espaço essencial na vida da população nativa e de localidades circunvizinhas. Fonte de abastecimento alimentício, vestuário e de outros subgêneros, a feira se configura enquanto vasto ambiente de interações face a face, carregadas de jogos de valores. Ali, se reúnem diversos grupos, múltiplos indivíduos, de diferentes lugares do Estado, sejam eles compradores ou feirantes. No entanto, o cotidiano, as relações que interpretamos mais simples — mas, não tão simples — de sociabilidade é o que sobressai numa investigação sobre este ambiente de diversificação. É dali, a partir da abordagem qualitativa do campo de estudo, que se pode obter relatos que nem o próprio informante tinha como substancial, escavando memórias e desenvolvendo casos pouco convenientes em outros ambientes urbanos.

A história da cidade, em vários momentos, se confunde com a história de seu comércio. Na realidade, não existe um dado propriamente oficial sobre sua formação, sendo esta muito especulativa. Porém, o que mais ganha o apreço popular e é reconhecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a hipótese de que, por volta do ano de 1810, Frei Domingos fundou *Muricy*<sup>23</sup>. De acordo com estes posicionamentos, o monge havia plantado um Muricizeiro<sup>24</sup> no espaço onde se desenvolveu a cidade. A utilidade posterior da planta passou a de dar assistência aos viajantes que trafegavam pelas rotas próximas ao rio Mundaú<sup>25</sup> e

<sup>22</sup> Fonte: Diagnóstico do Município de Murici. 2005.

<sup>23</sup> “*Muricy* dos primeiros anos de sua história alude àquele município desmembrado de União dos Palmares e criado em 1892. O *Murici* depois de 1962 é aquele que foi dividido para gerar os outros dois municípios, de Messias e Branquinha” (XERRI, 2001, p. 5)

<sup>24</sup> De nome científico *Byrsonima Crassifolia*. Fonte: EMBRAPA - Rondônia. [http://www.cpafr.embrapa.br/media/arquivos/publicacoes/folder\\_murici.pdf](http://www.cpafr.embrapa.br/media/arquivos/publicacoes/folder_murici.pdf).

<sup>25</sup> O rio Mundaú tem nascente em Garunhuns, cidade pernambucana, e corta, em seu decorrer,

que paravam no local para descansar à sombra da árvore. Estes transeuntes aproveitavam e negociavam seus produtos junto a outros viajantes que ali se estabeleciam, formando, logo depois, um lugar fixo de transição, incentivando a formação de um pequeno povoado nos anos seguintes. Isto implica dizer que a origem do povoado — que se tornaria município — pode ter se estabelecido a partir de uma forma de comércio espontânea.

O modo como se apresentou tal relação de trocas, como nos mostra o artigo de Anna Erika Ferreira Lima e José Levi Furtado Sampaio (2009), foi bem comum no decorrer da história. Baseados em Karl Marx e Luis de Sousa — que exprimem suas teorizações sustentadas pela ideia da *excedência de produção* para definir as feiras livres, sendo a segunda resultado direto da primeira —, os autores afirmam que o processo de câmbio se daria a partir da lógica da necessidade — e do que sobrava — de outro grupo/lugar, trocas realizadas inicialmente em forma de outras mercadorias e, após, no formato do dinheiro. As interações comerciais da feira, além disso, proporcionaram uma relação de interdependência entre cidade e campo a partir de dois eventos que beneficiavam vários agrupados: 1) possibilidade de abastecimento para as áreas urbanas que careciam de alguns condimentos advindos do campo; 2) vender o excedente da produção rural e adquirir equipamento técnico para gerar mais produção.

Ainda segundo Lima e Sampaio (*idem*), a feira livre no Brasil se desenhou a partir de uma estrutura cultural de tradição ibérica, instaurada de acordo com o projeto colonizador português. Assim, as maneiras de organizá-la são repercussões das práticas comerciais medievais europeias e, possivelmente, estão arraigadas em sua composição.

Retornando ao nosso problema, de acordo com Jimmy Xerri (2001), ex-Padre da Paróquia de Nossa Senhora da Graça — instituição que abrangia os municípios de Murici, Messias e Branquinha —, em sua obra "Dois Séculos de História", que reúne relatos sobre a história da cidade, até o ano de 1921 os meios de articulação entre a urbanidade (ainda ancorada na nomenclatura "sede do município") e as localidades rurais mais distantes eram precárias. Havia espécies de jangadeiros, que transportavam feirantes sobre o rio Mundaú, estabelecendo tal serviço sob o preço de 400 réis por travessia, ida e volta, garantindo, assim, o sustento de suas

famílias e o desenvolvimento gradativo da região. Este esboço de negócio foi rapidamente dificultado pela construção de uma ponte de cimento armado<sup>26</sup>, durante o governo de José Fernandes de Barros Lima<sup>27</sup> (governador de Alagoas entre 1918 e 1924). Vale ressaltar que a construção da ponte fora um momento de grande entusiasmo para a cidade — como nos mostra Joaldo Cavalcante (2006) a respeito de vários eventos que eram tidos como comunitários em Murici, nos exemplos de casamentos, festividades religiosas, etc. —, sendo comemorado por todos, uma vez que o benefício atingiria à coletividade e a atividade comercial a qual estavam ligados.

Conforme Xerri (2001), este fato remonta os primeiros momentos de uma feira mais organizada, já que a influência institucional do governo se tornou mais presente em vários setores da cidade de Murici. Até então, havia tipos breves de comércio, desagregados. A ação do governo viria estabilizar a atividade, característica semelhante vista em outros grupos nas décadas seguintes. A feira, acompanhada de maneira mais próxima pelos órgãos oficiais, exprimia a ideia que Mascarenhas discute: “surge como símbolo de ordem, higiene e progresso. A rua como espetáculo organizado (...) cada feirante devidamente enquadrado com sua numeração e seu lugar precisamente demarcado, os horários de início e término vigiados” (MASCARENHAS, 2008, p. 82 *apud* VASCONCELOS, 2010, p. 12). Conquanto, as feiras livres não puderam acompanhar as pretensões do progresso tão exaustivamente buscado por outras camadas sociais, como já assinalado em trabalhos econômicos vistos no princípio deste texto.

Ainda de acordo com Xerri (2001), baseando-se em relatos provenientes das literaturas disponíveis para pesquisa, tanto em formato de artigos, revistas e manuscritos quanto na bibliografia especializada, a primeira feira a ser realizada na cidade ocorreu em 1854, mas com um resultado pouco produtivo. O eclesiástico descreve muito detalhadamente como aconteciam estes encontros, destacando também a inter-relação ainda inicial com centros comerciais mais distantes, como o de Branquinha, antiga vila pertencente a Murici, mas que conseguiu emancipação política no ano de 1962. Xerri afirma que:

---

<sup>26</sup> Material resultado da junção entre concreto simples e barras de aço. Um dos mais importantes elementos da construção civil do século XX.

<sup>27</sup> Integrante, em 1912, da Liga dos Republicanos Combatentes — movimento político que agia contra representantes de culturas afro-brasileiras em Alagoas.

Em 1922, o comércio na cidade de Murici foi descrito como 'pequeno, porém animado'. Neste ano havia sete casas comerciais em Murici, e a casa comercial *Francisco Morato*, em Branquinha, que vendia 'molhados, ferragens, e outros gêneros'. A primeira feira em Murici foi criada em agosto de 1854, mas ficou sem efeito. Segundo a tradição oral, a primeira feira de Murici era montada no Cajueiro – parte mais antiga da cidade -, quando este lugar ainda era um povoado com casa de palha. Em 1888, estava funcionando uma feira aos sábados, criada pela segunda vez em julho de 1857. Antigamente, a feira de Murici começava às 5 horas de manhã e, às vezes, ia até às 17 horas. Houve uma época em que a feira era organizada em frente à igreja Santa Teresa. Ainda hoje a feira é o termômetro do bem-estar ou decadência das cidades do interior. Nos últimos anos, a feira de Murici diminuiu. A feira de Branquinha é mencionada num jornal de Maceió em 1919. Em 1888, os produtos na feira de Murici incluíam 'carne verde e seca, farinha de mandioca, peixe salgado, sururu, cocos do reino, batatas, esteiras de Peri-peri e muitos outros objetos'. Não se sabe quando e porque o dia da feira mudou para o domingo. O governador Costa Rego tinha a ideia de transferir as feiras no seu estado para o sábado. No dia 13 de novembro de 1925, a sociedade de Agricultura Alagoana reuniu-se em Murici. Votaram unanimemente contra o governador, contra o povo, em favor do interesse próprio. Um dos sócios – Dr. Brandão Vilela – disse que 'os sentimentos religiosos (a feira era organizada no domingo, Dia do Senhor) poderiam forçá-lo a discordar da maioria dos seus consócios'. Mas, no final, votou contra a sua consciência. (XERRI, 2001, p. 103).

As características da feira de Murici neste período, em certa medida, se assemelham às solenidades mercantis das décadas posteriores: baseava-se num padrão de comércio ligado à agricultura e a pecuária de subsistência, sem muita influência dos grandes produtores rurais, se utilizando de uma dimensão mais localista de feirantes. Dificilmente, comerciantes de outras cidades já atingidas pelo processo de emancipação política (mais precisamente, União dos Palmares e São José da Laje) a frequentavam. Os possíveis motivos imediatos para isso, sobretudo, estavam relacionados a: a) dificuldade técnica de locomoção, impossibilitando o movimento dos produtos destes feirantes externos; b) o tamanho geográfico do município até então, que englobava a vila de Branquinha e o distrito de Messias (anteriormente chamado de Floriano), ainda não emancipados, não atribuindo tanta concorrência. É admissível que este mesmo esquema de organização tenha atuado sobre outras feiras, pertencentes a outros municípios do estado alagoano.

Supõe-se, com base nas entrevistas deste trabalho, que superada a dificuldade do transporte de mercadorias, começam a se organizar caravanas de automóveis, que movimentavam cargas e pessoas, fazendo crescer a feira. Na década de 1990, a feira organizada na localidade que englobava a Avenida Manoel Fernandes, a Rua do Comércio e a Travessa Floriano Peixoto, alcançaria um de seus pontos altos. Um mar de gente, muitos produtos, carros por todas as partes.

Vendiam-se frutas, legumes, carnes, peixes, cenário que não se modificou expressivamente com o passar dos anos. Porém, não se limitado a venda de alimentos, a partir de então também se comercializava roupas, artigos de plásticos, etc., o que já construía todo um ideário, "uma tradição", como relata um dos entrevistados, de como seria uma feira apropriada. Todavia, em alguns momentos deste percurso, havia um sucateamento devido a diferentes adversidades, e a feira perdia força.

Em meados do ano de 2010, uma inundação de dimensões catastróficas atingiu municípios dos estados nordestinos de Pernambuco e Alagoas, provocando caos e destruição em cidades interioranas num dos eventos naturais mais significativos das últimas décadas, afetando cerca de 270 mil pessoas<sup>28</sup>. Murici, localizada na Zona da Mata alagoana, pertencendo à bacia do rio Mundaú, apresentou-se enquanto uma das regiões mais atingidas pelas enchentes, que deixaram vítimas fatais e centenas de desabrigados e desalojados. A parte baixa da cidade, onde se localizava a feira livre até aquele momento, foi o ponto atingido. O evento teve de ser transferido de local, modificando entendimentos de feirantes sobre o mesmo, alterando a relação mercadoria e produtor (quando o mercado de carne e o matadouro da cidade ficam inativos e os açougueiros são obrigados a manipular seu produto em plena rua, por exemplo) e despertando certa hostilidade de parte dos novos vizinhos quanto a seu funcionamento que, de acordo com alguns deles, é pouco acompanhado com maior rigor pela prefeitura municipal.

### **3.2 Feirantes e consumidores e a relação com o novo espaço**

Após os eventos naturais evidenciados em 2010, a feira livre de Murici foi bastante modificada. A começar pelo local de sua realização — alteração diretamente resultante da inundação — saindo da parte baixa para a parte alta da cidade, até a mudança de dia. O evento, até 2013, ocorria tradicionalmente aos domingos. Com a instauração, ainda que inicial, do projeto de padronização imposto pela prefeitura municipal, o dia foi alterado para o sábado. Assim, já inserida neste modelo, a realização da feira livre se inicia pontualmente às sextas-feiras, quando as

---

<sup>28</sup> Fonte: <http://noticias.uol.com.br/especiais/enchentes-no-nordeste/ultimas-noticias/2010/07/10/alagoas-apresenta-relatorio-oficial-de-enchentes-e-reduz-numero-de-mortos-de-37-para-27.jhtm>.

bancas são postas em seus lugares definidos pela prefeitura da cidade. Pessoas contratadas pela mesma prefeitura são quem instalam as bancas em seus locais delimitados, profissionais que geralmente recebem pouco para um trabalho braçal pesado e exigente. É também na sexta-feira que feirantes de cidades vizinhas começam a chegar e a se instalarem nestas bancas. Comumente, desembarcam de outras feiras, como é o caso do senhor Arlindo Manuel da Silva, vendedor de relógios de União dos Palmares e que pratica este circuito comercial. Pela quantidade de produtos que possui, o comerciante viaja num automóvel de pequeno porte. Outros, vendedores de consumíveis, utilizam caminhões, onde os donos cobram certa taxa para transportar os produtos de vários feirantes. Há também profissionais que chegam na noite de sexta e na madrugada de sábado, como é o caso do senhor Gerson Luis da Silva, nativo de União dos Palmares, residente em Maceió e que também participa da feira livre de Messias, que igualmente acontece aos sábados e toma quase todo o dia. Como se pode perceber, dá-se sempre um jeito para participar do evento, seja por necessidade — para complementar o salário de outra ocupação — ou por "tradição", como colocam diversos feirantes entrevistados.

Em Murici, a feira começa a chamar a atenção do público a partir das cinco ou seis horas da manhã, finalizando o “comércio grande”<sup>29</sup> por volta do meio-dia, quando os feirantes iniciam o processo de reembalagem, destinando outras feiras ou mesmo voltar para casa. A partir deste horário, os montadores voltam a atuar, desarmando a bancas. São seguidos de perto pelos garis da prefeitura, que esperam os espaços serem liberados. Por volta das quatorze horas, passam a chegar os caminhões de lixo e os garis enfileiram seus carros de mão cheios de restos para depositá-los. Por volta das dezessete horas, tudo está mais ou menos organizado, mas a rua apenas ficará completamente limpa e voltará a normalidade durante a semana, quando nova atuação dos garis ocorrerá.

A feira livre de Murici está atualmente centralizada na Rua João Ferreira Lopes, por motivo de sua extensão<sup>30</sup>. Nesta mesma rua estão também endereçados o Hospital Geral Dagoberto Uchoa Lopes de Omena, um dos Postos de Saúde da cidade, a Biblioteca SESI Murici e a Escola Municipal Pedro Tenório Raposo, e

---

<sup>29</sup> Termo utilizado por um dos feirantes para definir as primeiras horas de funcionamento da feira livre, que atraem mais consumidores.

<sup>30</sup> De acordo com a secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Murici.

localizada em uma de suas ramificações, a Avenida Presidente Getúlio Vargas. Essa região dentro da cidade é a que mais aglomera pessoas nos finais de semana, onde se apresenta tomada por veículos de todos os portes, fenômeno que rompe totalmente com o esquema mais ou menos tranquilo que está associado a Murici durante o restante da semana e torna singular e reconhecível o "dia de feira".

**Figura 3: Feira livre de Murici-AL, Rua João Ferreira Lopes**



Fonte: de autoria do pesquisador

A transferência da feira da parte baixa para a parte alta da cidade provocou uma nova ordem de pensamento sobre ela, sobretudo com relação aos compradores. Mesmo após aproximados seis anos, certos consumidores ainda insistem em recusar a nova localização, com destaque para os sujeitos que já moravam na Rua João Ferreira Lopes antes de relocação da feira livre. Em conversa com dona Docarmo Anacleto, residente ali desde 2002, confirmo algo que já era suspeito: alguns estabelecidos se incomodam muito com a feira naquela vizinhança. Para uma senhora de oitenta anos, mesmo que impossibilitada pela idade de participar do ritual da feira, o fim de semana se torna um desafio, para dormir, para relaxar e tentar esquecer-se dos vários problemas de saúde que apresenta. O incômodo tem início na montagem das bancas durante a madrugada de sexta, atrapalhando o sono de alguns moradores entrevistados. O mal cheiro

durante e após o evento também surge como algo indesejado na visão de dona Docarmo: moscas começam a juntar-se nas casas, tornando o almoço de Sábado difícil, por exemplo. Outro fator é a inquietação sonora proporcionada pelos vendedores de discos, que se instalam em frente à casa da senhora. “Hoje eu quero sair daqui. Esta rua era tranquila. Hoje, não dá”, afirma, quase num tom de desespero. Como supramencionado, porém, dona Docarmo não mais frequenta a feira de domingo. Ela, pois, não participa do ritual da compra. Portanto, seria necessário dialogar com alguém que o fizesse e que, do mesmo modo, residisse no local. Maria José, sua filha, contrariando expectativas pré-campo — imaginava-se que havia um posicionamento positivo quanto à localização da feira e a facilidade de acesso a compra —, também concorda a respeito do incômodo e defende que a feira deveria deixar o local, voltar para a parte baixa, onde há mais espaço inabitado devido às enchentes de 2010: “é preciso que mude. Preferia quando era lá embaixo. É muito ‘frevo’ “.

**Figura 4: Rua João Ferreira Lopes em dia da semana em que não há feira livre em Murici**



Fonte: de autoria do pesquisador

Norbert Elias (2000) trabalha a ideia de desigualdade do equilíbrio de poder num bairro da cidade de nome fictício de Winston Parva, na Inglaterra. Ali, de acordo com o autor, havia um embate gigantesco partindo de zonas habitacionais em que existiam moradores antigos (representados pelo que se chama de *estabelecidos*) e

os moradores recém-chegados (representados pelo que define como *outsiders*). O sentido da ideia de superioridade colocada naquele lugar fazia com que os *outsiders* — caracterizados por operários das fábricas locais — fossem oprimidos pelos *estabelecidos*, indivíduos socialmente estáveis, que viviam na cidade há mais tempo. Não havia, em nenhum sentido, diferenciações plenas que permitissem algum tipo de opressão à primeira vista, apenas o fato de alguns moradores residirem a mais tempo no local.

Neste caminho, não existiam diferenças étnicas, nos níveis de acesso à formação educacional, na profissão ou nos sistemas de mobilidade social. A oferta social era a mesma. O rebaixamento destas pessoas se dava pelo simples fato de serem novas no local, sendo negados pelos antigos quanto a qualquer tipo de contato social (com exceção do profissional), relação que gerou uma configuração de estigmatização dos membros inseridos nos grupos *outsiders*, onde a coesão dos grupos estabelecidos facilitava a exclusão destes. O preconceito que Elias (2000) discute não se fixa de maneira individual, mas sim social, isto é, o elemento chave que proporciona o desequilíbrio, a desigualdade, é a instabilidade das forças entre agrupamentos distintos. O poder desigual, proporcionado pela estrutura tradicional construída pelos estabelecidos — determina o estigma, que só pode ser instaurado através da coesão, gerando também a exclusão do grupo *outsider*. Tal poder ainda fornece liberdade suficiente para se criar um retrato de si próprio, onde se forma um tipo ideal do mesmo grupo, engrandecendo-o neste caso em particular, possibilitando maneiras de "reprimir" o *outsider*. Percebendo que seu poder está sendo abalado, o estabelecido age, uma vez que o grupo *outsider* não partilha de seus valores.

Algo que pode complementar essa definição é a ideia de William Foote Whyte (2005), em sua análise sobre relações de desigualdade em Connerville, Estados Unidos, onde aponta tal condição de afastamento enquanto divergência de informações: um grupo desconheceria em parte a condição social e cultural do outro, gerando atritos. A insuficiência de comunicação entre todos promove o que autor designa enquanto um processo discriminador presente naquele lugar.

No caso da feira muriciense, algumas pessoas não parecem amistosas quanto a nova localização por um motivo essencial: são estabelecidos a mais tempo no local do que os feirantes, que apenas surgiram ali no ano de 2010. Antes havia representações e vivências dos moradores da rua sobre o sábado — como a

tranquilidade, o sossego — que foram desfeitas com a chegada da feira. O espaço foi remontado e a rotina da população alterada abruptamente. Os feirantes, em certa medida, são outsiders. Porém, a estigmatização não se estabelece sob uma ótica cultural e econômica, mas, possivelmente, a partir de uma percepção de estrutura, de espaço e das relações socialmente construídas com ele. Os feirantes, por sua vez, em muitos casos, desconhecem as opiniões da população local sobre suas estadas, pois não há uma comunicação aberta entre as partes a esse respeito. Tudo é muito exposto pelos cantos.

### **3.3 Mulheres que compram, dominação masculina e resistência criativa**

Tornou-se visível, mediante às visitas a campo, a predominância de consumidores, representados pelo ato tradicional da compra, baseada em mulheres. De fato, a maior parcela de compradores presentes na feira livre de Murici é representada por mães e donas de casa. Trata-se de uma atividade doméstica no qual o homem não estaria “apto” para tal. A consumidora Maria Madalena confirma o enunciado. Ela é incisiva em dizer, quando questionada a respeito do marido efetuando as compras:

“Horrível. Não compra nada que preste. Não pode chegar na feira e comprar a primeira coisa que vê. Tem que andar, tem que escolher. Mas, ele tem melhorado. Tem hora que compra umas coisas boas, tem hora que não compra nada que preste”.

O que dona Maria Madalena responde com entusiasmo pode se relacionar à representação de um forte traço de *dominação simbólica*.

**Figura 5: Mulheres comprando na feira livre de Murici**



Fonte: de autoria do pesquisador

Pierre Bourdieu (2007) discute que a *dominação masculina* age inconscientemente e de maneira sutil no indivíduo, sendo naturalizada nas relações sociais, se justificando através das diferenças biológicas entre homens e mulheres, e que é devidamente reconhecida pelos grupos dominados. A internalização dos códigos de subordinação está, logo, associada à dinâmica de algumas instituições sociais que trazem consigo a lógica masculina de dominação. A família constrói um referencial de divisão sexual do trabalho, onde as mulheres se tornam naturalizadamente responsáveis pelos afazeres da casa. A igreja e o Estado reforçam as lógicas de incorporação dos valores patriarcais, limitando o espaço feminino. A educação promove uma espécie de “destino” das capacidades intelectuais dos gêneros, promovendo uma hierarquização profissional. Todos esses aspectos e determinações vão, aos poucos, construindo um *habitus*, que é por sua vez, inconsciente. Logo, o nível de prestígio e poder alcançados pelo indivíduo e/ou grupo é resultado da composição e estratégias de sobrevivência dos mesmos ao adquirir e assimilar os diversos tipos de capitais no decorrer de seu trajeto de construção histórica. A ação unificada deste conjunto na vida social determina

modos de ser, pensar e agir no mundo, *disposições*, práticas e discursos socialmente incorporados, formando uma rede de disposições incorporadas, o *habitus*.

Entretanto, de acordo com Michel de Certeau (2012), essa relação de poder pode ser vista de uma maneira alternativa e criativa pelo dominado, neste caso, a mulher que compra na feira livre em Murici. Através dos *usos cotidianos* que se faz diante do jogo da dominação ao qual está impelido. Ou seja, é possível articular maneiras, táticas e estratégias de sobrevivência mediante a dominação, se apropriando da relação subordinadora, insurgindo silenciosamente, ao mesmo tempo em que legitima a ordem dominadora, num processo que o autor define como *estratégias subreptícias*.

Neste caminho, Maria Madalena, ao mesmo tempo em que reconhece inconscientemente as representações da dominação masculina, negocia criativamente com a estrutura e com os agentes dominadores inseridos nela. A consumidora, dominada e relutante, se apropria dos códigos culturais e os transformam a seu modo, ressignificando o espaço, os comportamentos e sua própria vida. Isso é refletido por seu próprio discurso de que "o homem não sabe comprar". Isto é, a mulher possui um conhecimento prático da compra, do que é melhor para o consumo, invertendo neste universo e em dada medida, a ordem de dominação. Logo, os entendimentos da mulher consumidora da feira no momento de negociar acabam por se tornar predominantes, inestimáveis e inquestionáveis, levando em consideração um conjunto de signos que são pessoais.

### **3.4 Produtos pirateados e o *Desvio***

A feira de Murici, quando tratamos aqui dos produtos não consumíveis – celulares, roupas, materiais plásticos, CDs, DVDs, etc. –, é composta por um grande número de mercadorias pirateadas. Longe do convívio legal e não reconhecido pelos órgãos oficiais, este espaço da feira parece constituir uma espécie de *desvio*, um tipo de comportamento que não segue uma composição de regras que é legítima. No entanto, neste caso, diante do espaço que tomamos para discussão e considerando os fluxos hegemônicos que podem ser destacados, o que seria legítimo?

Howard Becker (2008) define os *outsiders* enquanto grupos que infringem regras impostas, normas que apresentam aquilo que se deve seguir ou não, julgando atitudes como erradas ou certas diante do contexto social. De acordo com o sociólogo, todos os grupos, variando em relação às circunstâncias, estipulam regras e tentam impô-las. O sujeito que infringe tais normas é criminalizado no convívio “comum”, sendo considerado por todos aqueles pertencentes ao grupo, e que de alguma forma seguem os padrões impingidos, um transgressor. Porém, como é possível caracterizar o que seria errado ou certo num grupo social? De onde surge esta ordem? Becker concentra seus esforços na questão do direcionamento das representações. O indivíduo pode não ter o mesmo pensamento sobre a situação pela qual está passando. Para ele, da mesma maneira que um membro de um grupo pode ser vítima da estigmatização, pode também estigmatizar, isto é:

(...) pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgada e pode não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo. Por conseguinte, emerge um segundo significado do termo: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são outsiders (BECKER, 2008, p. 15)

Um aspecto interessante a este respeito é observado na feira livre em Murici. A compra e venda de artigos pirateados é tida como normal, como comum. A grande maioria das pessoas que frequentam aquele espaço está mais ou menos exposta a eles. No entanto — como observada alguma ocorrência em campo — quando uma pessoa confessa comprar produtos originais, é logo tachado. Por muitas vezes, o indivíduo em dada situação é alvo de questionamentos do gênero "ah, mas é verdade que tu compra CD original?", seguido pelo "ah, mas tu é besta demais. Eu compro aqui na banca, pago barato e tenho o mesmo produto que tu". Como nos aponta Becker, há uma inversão do papel de estigmatizador, que só deve possuir significado se associado a um contexto social.

Estas regras, carregadas de valores culturais, podem ser impostas tanto na maneira formal/oficial — representada pela lei — tanto por condições informais, estabelecidas a partir de uma construção histórica da tradição. Para que se possa entender o que é *desviante*, no sentido do indivíduo que não compartilha de práticas de dada sociedade, é necessário afastar-se dos valores de grupo, pois diversos grupos consideram diversas atividades como sendo desviantes. Primordialmente para Becker, o que se torna importante é que a vida em sociedade permite a

existência desses diversos grupos, cada qual com seu conjunto de valores e regras, e mesmo que cada um deles não tenha a intenção de transgredi-las, acaba por fazer por motivo de sua normalidade própria.

**Figura 6: Produtos pirateados na feira livre de Murici**



Fonte: de autoria do pesquisador

Na feira livre de Murici, quando abordamos os produtos pirateados, a normalidade é determinada pelo contexto espacial e social do qual compartilha. Os indivíduos que constroem evento, em convívio, tendem a consagrar o desvio, na medida em que também o consomem. O consumo, por outro lado, pode ser atribuído à baixa renda de seu público ou ao fato de não ser hábito comum adquirir produtos legalizados. Logo, a prática deixa de ser algo transgressor e passa para o universo da legitimidade, quando reconhecido por este mesmo público.

### **3.5 O campo e o “andar” pela feira livre**

A instalação de uma feira livre numa pequena cidade do interior de Alagoas denota algumas modificações no cenário do espaço urbano. Por um lado, aos sábados, quando o evento tem maior evidência, as ruas que formam o perímetro da feira são tomadas pelas bancas, barracas, vendedores ambulantes, etc., tornando

difícil qualquer tipo de locomoção (de automóveis ou passantes) semanalmente típica daquele lugar. Por outro, a dinâmica do município se transforma brevemente, onde o ritmo de movimentação torna-se frenético. São pessoas com pressa de chegar logo, são veículos que vêm da zona rural em busca de produtos, são os supermercados abarrotados por estes consumidores, associado a um barulho pouco evidenciado em outros dias da semana. Neste caminho, é possível considerar a feira livre definida também como um grande espaço de atração de pessoas e negócios.

O sábado — como presenciado nas visitas a campo — é a oportunidade para vender aquela aparelhagem de balança antiga que não estava sendo utilizada ou o moedor de cana-de-açúcar que não mais possui sentido comercial, assim como uma diversidade de outros produtos. Foram observados diversos momentos em que artigos como estes estavam postos nas portas das casas próximas à feira livre, bem como foram avistados igualmente em seu percurso. A cidade acaba por se transformar numa vitrine, em alguns pontos, onde qualquer coisa pode ser negociada motivada pela necessidade de outrem, relação em que também o mercado local se beneficia, ao passo que lhe é permitido um grande número de vendas, sobretudo quando se destaca a população da zona rural que vai à cidade, em muitos casos, uma só vez na semana.

Os finais de semana em Murici são alterados diretamente pela realização da feira. Mais além, o sábado já se encontra habituado pelos usuários como o “dia de feira”. É o dia do barulho, da inquietação, do cheiro, do “sair de casa”, dos sabores, da exploração mais atenta dos sentidos contida numa rede de interações que permitem níveis altos de aproximação sem tantas formalidades. Logo, a alteração, além de material, é subjetiva. Da mesma forma, é o dia da curiosidade, do “perguntar ao outro”, o dia da “confusão ordenada”, termos bastantes utilizados por alguns entrevistados nesta pesquisa. Corpos se misturam e se perdem ao mesmo tempo num ambiente onde os processos de atenção precisam ser redobrados, pois, caso não, o cliente pode perder o melhor produto ou, no caso do feirante, a fidelidade do freguês. Para muitos, como no exemplo daqueles que vêm de regiões mais afastadas do município, acaba por se tornar a oportunidade única na semana para comprar a carne, os legumes, as frutas, os temperos, as roupas, trocar utensílios já sem serventia para si, comprar animais, etc. Para outros, a feira se configura como um espaço de diversão, uma *área de lazer* (MAGNANI, 2003) para passar o tempo, sem qualquer contrato com a lógica do consumo no formato do

*dinheiro* (SIMMEL, 2013), mas que se apresenta como uma maneira de consumir culturalmente o espaço de encontro, de pessoas conhecidas no cotidiano da cidade ou não. Dona Maria Madalena, uma das entrevistadas sobre o tema, é categórica:

Há mais de 30 anos que eu frequento a feira livre da cidade. Frequentava a feira com a minha mãe. Antigamente era melhor. Era maior a feira. Eu gostava de andar na feira para ver as coisas. Às vezes, a pessoa nem quer comprar nada, mas era bom andar, sair de casa, ver o povo se apresentando na rua. Minha avó tinha um ponto de lanche onde eu, minha mãe e meus irmãos a gente trabalhava. A gente vivia praticamente da feira. Era uma época feliz.

Este aspecto, em alguma medida, pode indicar para uma suposta proximidade típica dos atores da feira livre, que expõem as estruturas de personalidade de seus indivíduos e torna a relação entre eles mais pessoal, em detrimento de uma lógica monetária dos grandes centros urbanos, na qual a indiferença permite uma "proteção" da individualidade pessoal (SIMMEL, 2013).

Os diversos níveis do trabalho na feira livre é algo também notável. Em uma das andanças pesquisadoras pela cidade de Murici no dia de sábado é sempre perceptível a presença dos carregadores, por exemplo, que auxiliam os consumidores na locomoção de suas compras. São em grande maioria, menores de idade<sup>31</sup>, que cobram a quantia máxima de R\$6,00 para conduzir os artigos adquiridos dos consumidores para qualquer parte da cidade. Após concluído o serviço, ainda voltam para a feira, na intenção de conseguir mais trabalho e um bom dinheiro para si. Muitos deles já ajudam na renda familiar. Eles estão sempre com pressa, circulando, procurando novos clientes. Um outro exemplo, em diversos pontos da feira, se trata dos muitos feirantes encontrados no espaço que são nativos e possuem negócios locais. Pode-se citar os vendedores de frango, que recolocam seus produtos num espaço que não os abatedores, estes abertos ao público durante a semana. São perceptíveis também os mototaxistas da cidade. Com o passar dos anos, essa categoria, que antes se limitava a uma pequena associação de

---

<sup>31</sup> É importante ressaltar — até onde se observou na pesquisa de campo — que não há acompanhamento de órgãos oficiais para a questão dos menores de idade enquanto trabalhadores braçais na feira livre de Murici. Supõe-se que há um enraizamento da tradição tão amplo desta função profissional na dinâmica do evento — tanto na figura da prefeitura municipal, nos feirantes e nos consumidores — que não é aberto um espaço devido para se discutir a questão. Da mesma forma, é preciso levar em consideração a necessidade destes trabalhadores em exercer o cargo (conhecido popularmente como "carrego") para complementar a renda da família ou, em alguns casos, como fonte de dinheiro extra.

motoqueiros informalizados, ganhou bastante espaço profissional entre as pessoas que consomem da feira. A intenção destes últimos em utilizar os serviços automotivos seria a melhor capacidade e velocidade de locomoção por um preço bastante acessível, de acordo com relatos fornecidos pelo campo. Isto não implica dizer que os carregadores foram abandonados, uma vez que integram uma forte tendência tradicional de serviços.

Neste contexto, em todo o percurso da feira livre de Murici, é perceptível nas falas e nos gritos dos feirantes a especial personalidade entre eles. De fato, parecem se conhecer bem, condição representada por uma simples brincadeira que aos olhos do pesquisador não possuem sentido, até mesmo nas discussões sobre os produtos que vendem. O primeiro caso, podemos interpretar a partir do que Elias (2000) diz a respeito da lógica da rede de relações, da *interdependência* entre as partes, da figuração. A partir do momento em que escuto algo, em que vejo uma situação, em que apreendo uma conversa, mas não identifico um significado, um sentido, isso se relativiza à interdependência entre dois grupos aos quais não estou totalmente integrado, o que acaba por se tornar estranho para o pesquisador.

A feira, mesmo com a intervenção de organização por parte da prefeitura municipal — que pretendia com a transferência do domingo para o sábado promover um esvaziamento de feirantes externos — ainda comporta feirantes de outras cidades em grande escala. É aberta uma conversa com um deles, Sebastião, mais conhecido por seus companheiros de profissão como “Basto” — talvez o feirante que me rendeu maiores informações e que garantiu maior proximidade. Porém, Sebastião não está ali trocando informações propriamente sobre a feira. O único aspecto que chama a atenção sobre esta é o seu relato relacionado ao dia ruim de vendas atribuído àquele sábado e que teria que vender o excedente da produção em outra cidade da qual também participa do evento comercial — a saber, União dos Palmares, cidade vizinha à Murici e sua terra natal — e que acontece quatro vezes semanalmente. Sebastião fala aos montes e a preferência é não o interromper, a fim de aproveitar aquele momento de tantos contos e resgatar alguma coisa. Ele relata o momento difícil pelo qual passa a cidade onde reside, momento social e econômico, envolvendo denúncias de corrupção política e breves movimentações populares contra seu prefeito, o que, de acordo com ele, afetaria a feira daquele lugar diretamente. Afirma que as pessoas não podiam comprar alimentos com os altíssimos preços impostos pelos supermercados. De acordo com ele, uma situação

revoltante que mobilizou a população contra o prefeito acusado de lavagem de dinheiro. Logo, começa a falar de seu filho, que também era feirante, mas que havia se afastado da feira para dedicar-se aos estudos. De acordo com Sebastião, seu filho participara de uma operação da Polícia Civil de Alagoas que apreendera uma série de documentos do prefeito supramencionado. Ele havia se formado em direito, estudado, diferente de seu pai, que não tinha muito aprendizado da escola formal. No entanto, todo o apoio fornecido para a formação acadêmica do filho de Sebastião saiu do “suor da feira”, do “trabalho duro”. Em um tom de fala orgulhoso, ele destaca sua atuação na feira livre:

Comecei a vender farinha com 13 anos. Hoje tenho 58. Faz as contas aí. Comecei com meu pai. Depois, passei para os meus filhos, mas depois eles quiseram deixar porque se melavam demais. Aí eles foram estudar, fazer faculdade. Hoje, o mais velho é policial. Mas antes tava aqui comigo. Eu gosto de participar da feira sim. Até porque não dá tanto dinheiro. Antigamente, dava dinheiro vender farinha. Hoje, os mais jovens não gostam. Acho que feira é coisa de velho mesmo, de quem gosta da dificuldade. Antigamente dava mais dinheiro por causa das usinas que ficavam perto do município, né? Essas usinas chamavam gente. Trabalhador vinha de todo lugar. Com o fechamento das usinas, o pessoal se espalhou. Eu vendia a R\$7,00 o quilograma da farinha. Hoje, vendo a R\$4,00 justamente porque não tem a quem a vender. Eu sou aposentado, ganho mais de R\$2,000,00 por mês. Com esse dinheiro comecei a ajeitar o sítio que minha esposa herdou do pai e que garante o nosso sustento. Por isso, eu digo que gosto do que faço, como falei neste instante, e não deixo essa ocupação por nada. Às vezes, até brigo com a minha família, porque eles querem que eu deixe. Me oferecem até dinheiro, mas não vou deixar por nada. Me criei aqui. É uma vida aqui dentro, seu moço.

Esta conversa reflete bem o nível de pessoalidade presente na feira livre que se propõe parcialmente neste trabalho. Sem nunca ter visto o entrevistador, Sebastião relatou suas derrotas e vitórias na vida, de maneira espontânea, quase não fornecendo espaço para questionamentos, caso bastante comum naquele ambiente. Igualmente, este relato, assim como evidenciado em outras entrevistas, denota que o caráter tradicional da feira livre — quando tratamos o costume e a monocultura passados de pai para filho — se inscreve no mundo da cultura do trabalho, mesmo que, como aponta E. P. Thompson (1998) e Denys Cuche (2002), a cultura não esteja sujeita inteiramente à lógica da tradição. A feira livre, ademais, nas figuras de alguns usuários, pode ser definida enquanto um estilo de vida, uma vez que perpassa todos os momentos de suas trajetórias e constrói formas de perceber e reinterpretar o mundo a sua volta.

Andando mais um pouco pela feira de Murici, encontro outro feirante, um amigo que conheço desde muito cedo, desde a infância. O final da rua João Ferreira Lopes era o seu lugar, semanalmente o mesmo lugar, o seu espaço delimitado pelas linhas amarelas da prefeitura, as *regulações* (CAIAFA, 2008).

Depois de algumas várias visitas à feira livre, Isis Oliveira tornou-se uma espécie de “assistente”, onde sempre me apontava os sujeitos “conversadores” do local, “os mais antigos” e que poderiam ter informações preciosas a respeito do funcionamento da feira livre de Murici, assim como me falava seus causos, como no dia em que ocorreu o homicídio<sup>32</sup> em outubro de 2013 e sua reação perante ao medo e ao desespero das pessoas. Isis, num primeiro momento, logo me vê perambulando pelo interior da feira e grita tentando chamar minha atenção, questionando o que estava fazendo. Respondo à sua dúvida afirmando que aquilo fazia parte de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso para a Universidade Federal de Alagoas, cuja temática norteava a feira da cidade. Ele me pergunta o que quero saber. Percebendo a disposição de Isis, começo a fazer algumas indagações, mesmo sem saber muito como proceder, uma vez que este momento se tratava de uma das primeiras idas a campo.

Embasado pelos escritos de Minnaert (2008) sobre a feira livre do Japão, em Salvador-BA, busco estabelecer uma espécie de comparação entre os polos, tentando encontrar alguns aspectos comuns. Minnaert fala sobre a estigmatização verificada entre os vários grupos presentes naquele lugar, destacando especialmente a forma como fiscais e agentes municipais observam os feirantes, e vice-versa. Na feira do Japão, feirantes e fiscais convivem numa condição conflitante, uma vez que os primeiros se sentem invisíveis pela ação estatal, mas quando são vistos, sempre são acompanhados pela punição e pela regulação. Ao mesmo tempo, os agentes municipais menosprezam a existência dos feirantes, dirigindo-lhes adjetivos como “pobres”, “sujos”, “bagunceiros”. Por outro lado, o próprio feirante associa a feira e a si mesmo à pobreza. Isso, conforme Minnaert, está muito relacionado à marginalização, quando o sujeito não encontra apoio no Estado de direito. O sentimento de exclusão gera o estigma de si próprio. Por este motivo, feirantes caracterizam a feira como “coisa de pobre”, numa clara desigualdade na ordem do poder. Automaticamente, questionei-me: será que existe

---

<sup>32</sup> Fonte: <http://www.alagoas24horas.com.br/500479/apos-triplo-homicidio-tiroteio-em-murici-deixa-um-morto-e-dois-feridos/>

essa mesma lógica de ataque na feira livre de Murici? Aparentemente, o peso da marginalização relacionado ao Japão não é o mesmo relativo à feira do interior do Estado de Alagoas. Fornecerei maior sentido adiante.

Isis afirma que há dois tipos de fiscais em Murici — surpreendendo minhas expectativas, pois acreditava existir apenas um — que circulam dentro do ambiente da feira e que passam pelas bancas uma vez ao dia, num determinado horário, geralmente por volta das nove horas da manhã, recolhendo o imposto no valor de R\$2,00 cobrado pela prefeitura municipal, através da Secretaria de Finanças, tributo exigido pelo espaço público cedido aos feirantes.

**Figura 7: Comprovante de pagamento de imposto cedido por um dos feirantes**

Prefeitura de **Murici**  
Novo tempo de realizações

Estado de Alagoas  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MURICI**  
**SECRETARIA DE FINANÇAS**  
**DIVISÃO DE TRIBUTOS**

006953

RS: 2 —

Contribuinte: SANTINO

PROVINIENTE:  BANCA  TARIMBA

Murici \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ /201\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Agente Arrecador

Neste esquema, um grupo de agentes municipais fica responsável pelo policiamento — Isis afirma que antes este cargo era desempenhado pela Guarda Municipal de Murici —, e o outro grupo se resigna a arrecadação da quantia e fiscalização da qualidade dos produtos e nível higiênico das bancas. O mais pertinente nesta relação é que os agentes que integram o corpo policial não são nativos de Murici. Eles pertencem, de acordo com alguns feirantes, a outros corpos policiais de cidades circunvizinhas. E, ademais, suas permanências e atuação nas feiras municipais são rotativas, ou seja, um mesmo agente não pode “destacar”

numa mesma feira dois ou três dias consecutivos, o que dificulta o “facilitar” — “o jeitinho”, “o arrumadinho”, de acordo com relatos — no momento fiscalizador. Essa ordem quebra, em certa medida, com a lógica da pessoalidade intrínseca da feira. O “estranho” ganha novamente evidência por alguns instantes.

Segundo Minnaert (2008), além de um espaço onde é possível negociar serviços e produtos com base nas regras do trabalho informal, a feira livre também significa interação, um lugar de conversa e encontro, e as cidades interioranas, como já explicitado no princípio deste trabalho, consagram-se enquanto unidades propícias para maior estreitamento dessas relações, uma vez que sugerem altos níveis de comunidade, onde a lógica de funcionamento permite que seja mais consistente e mais *interligada* (ELIAS, 2000). A presença do agente policial *outsider* — que geralmente não compartilha desse ideário local, desse estilo de vida — modifica visões e comportamentos naquele espaço. Por outro lado, os agentes imbuídos da cobrança do imposto são residentes na própria cidade, geralmente conhecidos dos feirantes. Isso remonta a ideia de confiabilidade, tanto dos atores da feira livre quanto da prefeitura municipal. Isto é, quando se trata do dinheiro recolhido, é mais confiável destinar o cargo a pessoas da cidade que podem transferir mais facilmente a quantia arrecadada à Divisão de Tributos da Secretaria de Finanças, ao passo que indivíduos conhecidos pelos feirantes tendem a ter “melhor trato” na relação com os mesmos. Isis reconhece que a existência da categoria policial no espaço da feira é para “intimidar”, para pressionar o pagamento, para que a “ordem” se estabeleça. Minnaert lembra da função policial na feira do Japão:

Na feira do Japão, as ações de fiscalização são realizadas pelos Agentes de Fiscalização do Meio-Ambiente e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SESP), o rapa, como são conhecidos. Para os feirantes do Japão, o rapa representa o Estado, o poder dominante que sufoca, oprime, regula, protege e impõe seus símbolos. Sua ação desencadeia sentimentos que vão da revolta ao conforto (MINNAERT, 2008, p. 137)

O desconforto identificado nos discursos dos entrevistados em Murici — apesar de não possuir a mesma significação e representação do desconforto gerado nos feirantes do Japão e em outras feiras — revela também constrangimento. Isis relata o caso de um ambulante, dono de um carrinho de salgados, que foi impedido

publicamente de comercializar seus produtos naquele espaço. O motivo dado pelos agentes de fiscalização seria de que ele “era irregular”, “não era dali” e que deveria se adequar a ordem. Porém, as conversas que circulam nos burburinhos da feira é de que o ambulante foi retirado simplesmente porque seu carrinho propagava muita fumaça, incomodando consumidores. Após se adequar a norma do espaço transformado, ele poderia retornar. A desordem, tão fundamentalmente atribuída a feira livre, é combatida — de maneira breve, pouco abrasiva e muitas vezes despercebida — pelas normas impostas pela prefeitura municipal, provocando certa apreensão com a chegada dos fiscais. O processo de padronização, discutido adiante, poderá, contudo, transformar mais abruptamente essa realidade.

Com as enchentes do ano de 2010, que afetaram boa parte do Estado alagoano, a feira apropriou-se de um novo espaço. Antes acontecia aos domingos, na parte baixa da cidade, num perímetro mais amplo, que abrangia a Avenida Manoel Fernandes, a Rua do Comércio, a Rua Floriano Peixoto e a Travessa Gastão Tenório. Contudo, após os eventos climáticos daquele ano, os conhecidos “mercado de farinha” e “mercado de carne”, partes fundamentais até então do esquema da feira, foram danificados. Enquanto a lama remanescente da inundação ainda cobria a parte baixa de Murici, a feira livre passou a ser realizada onde é hoje, no bairro do Campo Grande, especialmente na Rua João Ferreira Lopes, num primeiro momento de maneira provisória. À época, neste mesmo período de calamidade, relatos apontam o quão chocante foi para a população consumidora da feira perceber que o gado, cuja carne iria diretamente para suas mesas, estava sendo morto e tratado em plena via pública, por motivo de o matadouro da cidade também ter sido destruído pela enxurrada. Atualmente, a situação é menos assustadora. As carnes são vendidas na própria banca, que é feita de madeira, fato que, ainda assim, preocupa alguns consumidores. Conversando com um deles, me relata que até mesmo ratos se proliferam onde são guardadas essas unidades comerciais.

É importante observar que grande parte dos feirantes entende como positiva a modificação espacial da feira. Para estes, se ganhou maior visibilidade e a ela foi proporcionada ampla abertura a outros grupos etários que não possuíam possibilidades de locomoção para a antiga localização, longe da parte central da cidade. Grande parcela destes feirantes exerce a função desde muito cedo, numa relação tradicional, processo onde se transmite códigos, formas de comportamento.

É o caso do próprio Isis Oliveira, que acompanha seu pai desde os oito anos de idade. Mesmo crescendo e adentrando em uma universidade pública, não deixou de participar da feira. Este é um ciclo que vem tomando forma nos últimos anos: a feira livre não é mais lugar somente para pessoas que supostamente não teriam instrumentalização educacional suficiente para ocupar cargos do *circuito superior*, como afirma Sato (2007)<sup>33</sup>. Mas, assim, os dois universos do trabalho, tanto o circuito supramencionado quanto o *circuito inferior* estão agora entrelaçados.

A condição da venda dos produtos é bastante variante na feira livre de Murici. A relação de fidelidade possui uma constância considerável. Os vendedores atribuem à qualidade do produto a possibilidade de determinado consumidor estabelecer essa conexão, mas também considera a maneira como o vende substancial. Os gestos, a forma como aborda, o “precinho camarada” são atributos de venda para conseguir “a amizade” do passeante, a aproximação. Logo, em muitas ocasiões no sábado, o consumidor sempre procura primeiro o feirante de sua confiança e, quando este por algum motivo não está presente, sente falta, pergunta aos outros por aquele, traduzindo um vínculo. Entretanto, esta não é uma regra geral. Há também feirantes que não percebem na relação de venda uma fidelidade. João Fernandes, vendedor de frutas e legumes, afirma que a feira é uma “tradição”, que as “pessoas frequentam a feira porque gostam”, porém aponta que não existem tipos de exclusividade de venda, mas sim a procura pelo preço mais acessível:

Os clientes são bons, mas não tem nenhuma fidelidade. O cliente compra na banca que for mais “bonita”, com os produtos de mais qualidade. Fidelidade depende de muita coisa, e também da forma como o produto está sendo vendido. Mas acho que é isso que eu lhe disse, moço. O cliente escolhe o melhor produto. Pra mim, não existe isso de fidelidade.

Seu Sebastião, com quem já conversei anteriormente neste trabalho, no entanto, tem uma visão um pouco diferente:

---

<sup>33</sup> Sato (2007), se utilizando de Milton Santos, afirma que existem dois tipos de atividade econômica nas metrópoles, mas que podem, em menor grau, nos fornecer um norte e ilustrar sobre a lógica comercial do interior: o *circuito superior*, que se interliga às formas de comércio “modernas”, caracterizada pelo uso de tecnologia e técnicas mais especializadas, visando a acumulação de capital e orientado por uma dinâmica econômica externa, tendo seus produtos direcionados às classes média e alta; o *circuito inferior*, por sua vez, caracteriza-se por direcionar suas forças à população e economia locais, utiliza técnicas de tratamento não avançadas e a intenção econômica dirige-se às camadas populares, visando a sobrevivência. “Por ser hegemônico, o ‘circuito superior’ da economia orienta as regras para o funcionamento do ‘circuito inferior’ também, o que pode ser sentido como uma convivência tensa” (SATO, 2007, p. 96).

Rapaz, eu sempre me perguntei por quê as pessoas vêm pra feira, sabe? Eu acredito que seja pelo preço das coisas, que quase sempre são produzidas aqui pelo cara da terra, pelo plantador. Não tem imposto nem nada. O cliente paga o que é. E também o plantador sabe o que fazer com o produto. Ele cuida bem, o que dá qualidade. Acho que é isso: preço e qualidade. Algumas pessoas também vêm porque tem fidelidade com algum vendedor, vem pela amizade. Muitas vezes, quando alguém não vem, fica estranho.

Entretanto, apesar de Seu Sebastião destacar esta "amizade" presente em alguns tipos de relações de compra, ele também explicita o conflito existente quando o consumidor em questão rompe com dadas regras contidas neste vínculo de fidelidade. Ele afirma:

A gente tem uma fidelidade a partir da qualidade do produto que a gente vende. Se a qualidade "tiver" ruim, eu entendo se não comprar. Mas, tem cliente que compra "fiado". Isso é ruim. Pior é aquele que compra fiado comigo e compra à vista com os outros. Pior gente. Você trabalha pra trazer um produto bom e a pessoa faz um negócio desse. É desrespeito.

Outro aspecto interessante evidenciado neste movimento pela cidade de Murici e sua feira foi o encontro com entendimentos quanto à formalização/padronização proposta pela prefeitura municipal. A este respeito, há certa resistência por parte de alguns feirantes quanto a instauração do processo. Não unicamente como forma de driblar o sistema produtivo padrão e fugir das limitações impostas por ele, como destaca Minnaert, no caso da feira baiana do Japão. Em Murici, existem motivos bem mais específicos. Muitos desconfiam das intenções de certo político da cidade, responsável direto pela organização daquele espaço e que, no passado, havia tido uma péssima administração, prejudicando muita gente, de acordo com alguns relatos. A desconfiança é propagada pela fofoca, que deprecia e aumenta a eficácia da condição deste político em relação aos feirantes. Elias observou em Winston Parva a mesma lógica em que os burburinhos, conversas entre pessoas que integram uma mesma camada social, acabam por modelar entendimentos sobre coisas e sujeitos.

A feira livre de Murici também aparece no ambiente urbano como pertencente ao campo de trabalho informalizado. Este setor possui algumas desvantagens, pois

integra um ramo produtivo que detém de variação de rendimentos, ausência de cobertura no que diz respeito ao assistencialismo social, ausência do amparo legal, etc. Todavia, as vantagens se sustentam na ideia de a ocupação não exigir credenciais educacionais, de estipular para o feirante um horário de ofício flexível, de não atender a uma disciplina do trabalho, apesar de encontrar sustentação em formas mais ou menos difíceis de exercer a profissão, e ser um amplo universo de agregação de pessoas que teriam ocasionalmente dificuldades em encontrar empregos no setor formalizado. Entretanto, Renato Antônio, comerciante de frutas e legumes há 21 anos em Murici, é incisivo ao definir o período como “um tempo de experiência feirante” e de prática que, de acordo com ele, é irreversível. O vendedor afirma que não deixaria a feira por nada. É dali que sai seu sustento e é considerado por ele um emprego fixo, que sempre gera renda. Este feirante estabelece uma comparação entre a feira livre, livre da padronização, e profissões formalizadas, apontando para estas como “temporárias”. Diz Renato:

Tem um rapaz aí amigo meu que deixou a feira por um tempo e foi trabalhar na usina Lajinha pensando que poderia ganhar mais dinheiro. A usina fechou e ele ficou desempregado. Voltou pra feira e disse que nunca mais sai daqui.

A Prefeitura Municipal de Murici, de acordo com informações recolhidas junto à sua secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, no entanto, trabalha num projeto de padronização dos profissionais da feira livre, a ter início ainda em 2015, de acordo com o agente de desenvolvimento Jamerson Pereira, o que poderia vir a modificar a realidade do evento. O projeto implicaria na construção de barracas padronizadas, uniformização dos feirantes, higienização do espaço, formalização profissional, etc. Jamerson afirma<sup>34</sup>:

A partir de Janeiro de 2015 a etapa de licitação para a construção dos galpões comerciais – sendo três: um de farinha, um de carne e um de frutas e legumes – e a organização de um espaço que reunirá cerca de 650 feirantes em barracas padronizadas estará concluída. A previsão é que a partir de fevereiro (do mesmo ano) as obras se iniciem. É possível que no fim do ano estará tudo pronto e funcionará no novo Conjunto Pedro Tenório Raposo, num espaço ao lado do futuro Instituto Federal de Alagoas (IFAL), que também está em construção. A prefeitura cobra o imposto de funcionamento, aos sábados, pela ocupação do espaço público. Mas, com a padronização, o feirante local, devidamente cadastrado na prefeitura, estará

---

<sup>34</sup> Entrevista cedida em Dezembro de 2014.

isento dessa cobrança, o que é permitido por ser um local fixo. A necessidade de organizar a feira livre surgiu de uma demanda de qualidade. Havia uma desorganização muito grande, associada a uma falta de higiene grande. Esta realidade até agora ainda vigora. A padronização viria para acabar com isso. Visitamos a cidade de Arapiraca, já padronizada e pioneira quando se trata deste assunto. Fomos até lá, com outras secretarias de outros municípios, para ver como funciona e tentar aplicar aqui. Na realidade, já no ano de 2004 se pensava na padronização, mas foi em 2010, após a enchente, que isso ficou mais emergencial e o recurso junto ao governo do Estado foi aceito.

Nesse caminho, há duas visões distintas por parte dos feirantes a respeito do processo de padronização da feira livre em Murici, de acordo com material discutido em entrevistas: primeiramente, alguns dos comerciantes se demonstraram contrários, ao passo que, segundo estes, o processo limitaria o evento, reduzindo os níveis de liberdade vivenciados e evidenciados ali, como a padronização de uniformes e tipos de unidades de vendas (bancas, barracas, etc.), bem como a proibição de alguns itens, como as bebidas alcoólicas. Assim, os comportamentos lúdicos, que encontram na feira livre um espaço de lazer, seriam gradativamente reprimidos, de acordo com essas visões. Por outro lado, há aqueles que entendem o processo de padronização como uma transformação do espaço, sobretudo quando se referem aos problemas da higiene e aos recorrentes casos de violência. Marcelo da Silva, vendedor de frutas residente em União dos Palmares e feirante desde os 7 anos de idade, por exemplo, assume a insuficiência quanto a segurança no local. Seguindo alguns de seus companheiros de profissão, o feirante afirma:

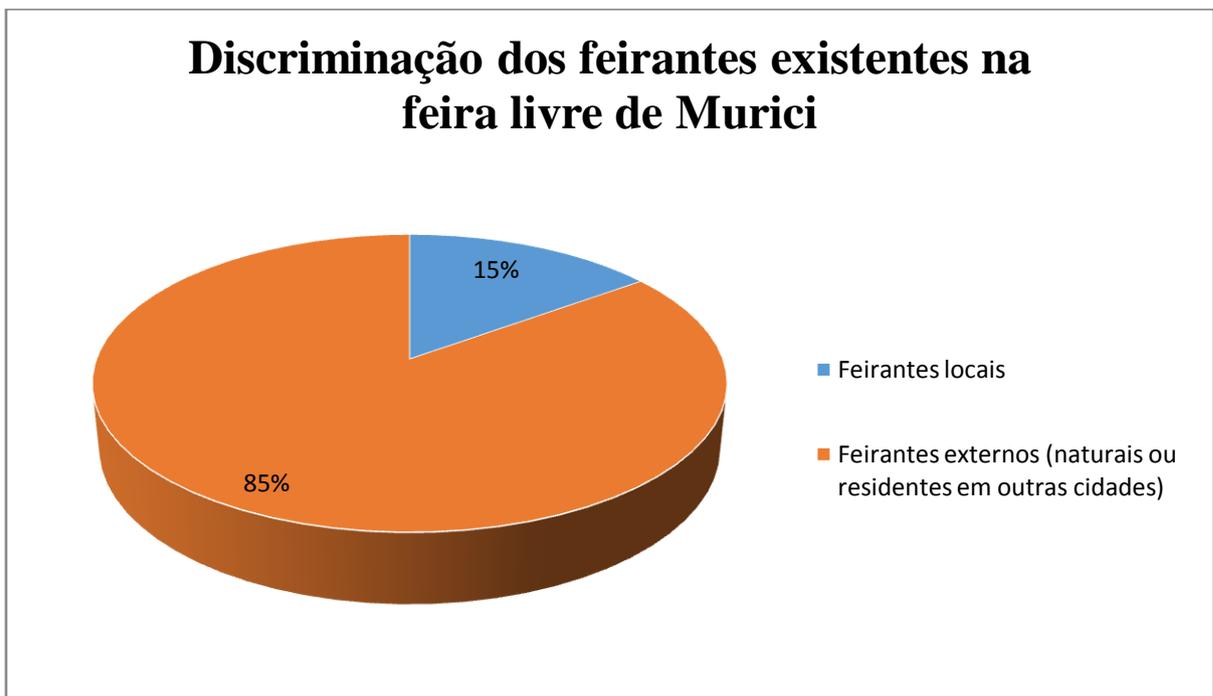
Sempre tem uns pipocos (tiros) aqui, principalmente de madrugada. Já mataram dois nos últimos meses. Isso é ruim porque você trabalha com medo, não tem tranquilidade. Imagine ter todo esse serviço durante a semana e você não pode nem tirar um cochilo em paz no caminhão. É tenso.

Marcelo, no entanto, ressalta que com a movimentação da guarda municipal há alguns meses ali, o ambiente passou a ser mais seguro, porém sempre acontecendo um ato de violência “aqui ou ali”, onde “a pessoa tem que estar sempre atento”, complementando com a lembrança da morte ocorrida em pleno “mar de gente” em outubro de 2013, fato bastante comentado em Murici. A Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, por sua vez, afirma que semanalmente é enviada uma solicitação formalizada a Polícia Militar de Murici para que se efetue a

segurança no local. Em parte, é papel da PM, não somente da prefeitura. Por outro lado, a prefeitura também disponibiliza a guarda civil todo sábado, já que se trata do espaço público municipal.

Jamerson Pereira, em um momento em que o tema da entrevista cercava produtores e os vendedores, afirma que não há possibilidade de analisar e organizar a feira livre da cidade de Murici de maneira isolada. É sempre possível estabelecer conexões com outras feiras populares pertencentes a municípios circunvizinhos, uma vez que a maioria dos feirantes estabelecidos na cidade são externos, como demonstra o gráfico abaixo, com base em informações obtidas junto a Secretaria:

**Figura 8: Informações obtidas a partir de entrevista com Jamerson Pereira, agente de desenvolvimento localo na Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo de Murici**



Fonte: de autoria do pesquisador

Dos 650 feirantes contabilizados pela prefeitura, apenas 15% reside em Murici. A padronização da feira livre - desenvolvida pela parceria entre a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a associação dos feirantes de Murici<sup>35</sup> — viria também na intenção de motivar a preferência pelas camadas que compõe esse grupo, tratando, sobretudo, dos pontos relacionados à regulamentação do espaço e o sociativismo,

<sup>35</sup> Associação que, até a construção deste trabalho, ainda se encontrava em formação.

como aponta Jamerson. Entretanto, tal projeto, no decorrer de sua construção, ainda não considerou o impacto simbólico que sua aplicação poderia causar. Ele pode se defrontar, no caminho, com o que Elias define como *efeito de trava*:

Ao estudar os processos de desenvolvimento social, defrontamo-nos repetidamente com uma constelação em que a dinâmica dos processos sociais não planejados tende a ultrapassar determinado estágio em direção a outro, que pode ser superior ou inferior, enquanto as pessoas afetadas por essa mudança se agarram ao estágio anterior em sua estrutura de personalidade, em seu *habitus social*. Depende inteiramente da força relativa da mudança social e do arraigamento — e portanto da resistência — do *habitus social* saber se e com que rapidez a dinâmica do processo social não planejado acarretará uma reestruturação mais ou menos radical desse *habitus*, ou se a feição social dos indivíduos logrará êxito em se opor à dinâmica social, quer tornando-a mais lenta, quer bloqueando-a por completo (ELIAS, 1994, p. 172).

Esta possibilidade de os membros de determinada organização grupal imporem uma barreira — construída a partir do *habitus social* — no decorrer da mobilidade social e no bojo deste desenvolvimento humano é um aspecto comum frente aos processos integradores. Na feira muriciense, mesmo em se tratando de universo menos complexo do que aqueles analisados por Elias — a saber, das dinâmicas de desenvolvimento social de unidades mais tradicionais para unidades nacionais e supranacionais — o conceito pode ser relativamente aplicado. Para alguns de seus membros, a feira livre compõe o *habitus social*, a construção da história individual e coletiva, a *identidade-nós* e que está perfeitamente correlacionada com a identidade individual.

Neste sentido, é preciso ter cautela quando se sugere um processo, teoricamente, impactante no sistema de funcionamento da feira livre de Murici. Este tipo de modificação pode atender brevemente aos regulamentos municipais (e de muitos consumidores) e esquecer das lógicas de trato, de construção dos feirantes. Não interpretando aqui que a limitação quanto à higiene, por exemplo, seja algo positivo, porém perceber a questão do movimento histórico que moldara esses grupos e que construíram estratégias de comportamento é essencial.

Os tratos higiênicos, por exemplo, efetivados por parte dos feirantes em Murici, em convergência com o que diz Márcio Nicory Costa Souza (2012), podem ser definidos como *estratégias e invenções* (CERTEAU, 2012) que não respondem às normas sanitárias municipais, mas sim ao próprio código pessoal do mercado. Muitos destes feirantes, além disso, aceitam a própria ideia particular de higiene,

menos rígida, mas que atende perfeitamente ao seu universo. Um exemplo em Murici são os isolamentos de diversas barracas de carnes, que deixam somente a parte frontal às vistas do consumidor. No entanto, tal ordenamento não garante a higiene total, mas representa uma preocupação, um estado de transmitir ao consumidor a qualidade e o bom tratamento do produto. O esforço para sempre deixar a banca “mais bonita” é destacável. Mesmo num ambiente onde se percebe um “caos”, as tentativas de organização criativa do espaço são também visíveis, desde o vendedor de cereais, que está frequentemente mexendo a farinha ou feijão com a “cuia” para que os novos e também os “fiéis” clientes percebam “a brancura” ou “a limpeza” – palavras de Seu Bel, feirante em Murici – até os comerciantes de carnes, que tentam a todo custo retirar as moscas que atentam contra sua mercadoria, cuidado traduzido, igualmente, pelas folhas de papel que cobrem a superfície que hospedam as carnes. Neste mesmo caminho, os feirantes de frutas e legumes possuem um tratamento particular quanto a aparência dos produtos da feira. É naquela parte da feira, a parte destes vendedores, que há mais trato, mais “formas artísticas” de manusear e classificar os artigos, como ordem por cor ou tamanho, a partir de um esquema individual.

De acordo com Souza (2012), a pureza/impureza é relativa também à expectativa de encontrá-la em determinados espaços. A partir de meios de comunicação visuais e de conhecimentos promotores da expectativa, se espera encontrar a sujeira na feira. O impacto causado pela sujeira no indivíduo, mesmo que inexperiente naquele ambiente, se torna raro, o que se alterna quando tratamos de centros comerciais padronizados, como é o caso dos hipermercados. Ali, quando identificada a impureza, logo surge um funcionário para sanar a sujeira, devolvendo o ritmo intolerante aos constrangimentos distintivos. A intolerância e a repugnância, ademais, está interrelacionada à expectativa gerada pela lógica do lugar, impregnado por um conjunto de sentidos relevantes a seu contexto.

Quando os feirantes manipulam os alimentos da forma “não oficial”, que não atende à visão de outrem, está sujeito a sofrer punições. Estão fora da ordem estabelecida pela lógica dominante e precisam ser vigiados. No entanto, estes comerciantes também possuem estratégias performáticas para driblar este controle e para consolidar seu entendimento das coisas.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos que tentei buscar inicialmente nesta pesquisa giravam em torno dos tipos de relações existentes entre sujeitos e espaço construído na feira livre de Murici. No mesmo sentido, se procurava compreender que condições de sociabilidade poderiam ser encontradas no evento — aparentemente comercial —, ao passo que estas questões estariam sustentadas pelos entendimentos de consumidores e vendedores sobre a feira.

Considerando tais questionamentos, a feira livre se apresenta como um *equipamento de serviço* (CAIAFA, 2008) substancial para a cidade de Murici. Fonte tradicional de abastecimento, o evento fornece assistência a população consumidora da cidade e oportunidades aos feirantes locais e estrangeiros. No entanto, se configura enquanto um espaço também de trocas de informações e de *lazer* (MAGNANI, 2003), que geralmente é destinado aos indivíduos advindos de comunidades mais afastadas e, em certo sentido, pode ser relacionado à alguns sujeitos pertencentes à área urbana do município.

Diversos feirantes consideram a feira um *estilo de vida*, uma vez que se apropriam dela de alguma forma e estão estreitamente ligados de maneira histórica àquela atividade comercial e ao próprio universo de relações. A partir deste aspecto, se construiu uma rede de comportamentos, de entendimentos profissionais e de apego ao ofício, apesar de — em múltiplos casos observados — este não constituir uma fonte ampla de renda individual. Outros sujeitos interpretam a feira como único sustento da família. Neste contexto, a feira de Murici tem uma relação histórica com seu povo. Isso remonta uma série de interações que existiram no passado e se reinventam diariamente.

No conjunto dessas relações, na condição de estar presente neste *lugar construído* (CERTEAU, 2012), se edificam redes de proximidade, que podem se apresentar de uma maneira comunicativa mais branda ou com base numa recusa de comunicação, como nos mostra Caiafa (2003; 2008) a respeito das formas que estruturam o espaço enunciativo e expressivo da urbanidade. Da mesma maneira, se pôde identificar tipos de relações entre sujeitos e a organização reguladora do espaço proposta pela Prefeitura Municipal de Murici, as compreensões a respeito

das exigências contidas nesta ordenação e as modificações quanto a modelos de comportamento dos indivíduos diante disto.

Portanto, por mais que a feira livre de Murici esteja inserida de forma prática no universo comercial e econômico da cidade, a análise de seu funcionamento enquanto fenômeno urbano necessita estar colocada no conjunto estrutural em que estas interações face a face ocorrem. Logo, não se pode aniquilar as lógicas dessas interações a partir de uma abordagem sobre "negócios", apesar de também este tipo de atividade estar igualmente presente no ambiente. É arbitrário, contudo, observar o evento apenas sob a medida numérica, desconsiderando as trajetórias de vida específicas, as dinâmicas do espaço e a relação desses fatores com o grupo de regras institucionais, que alteram percepções e entendimentos com certa frequência.

A feira livre de Murici, para seus integrantes, compõe — além de um meio que parcialmente estrutura a dinâmica financeira e ressignifica a disciplina do trabalho — um modo de viver, onde as estratégias de sobrevivência no ambiente determinam a direção das relações.

Esta pesquisa em Murici pretendeu dar o pontapé inicial para que outras iniciativas no mesmo caminho surjam futuramente, priorizando as pessoas e os relatos que elas produzem historicamente e que edificam a feira livre. Um primeiro passo, mesmo que ingênuo, interessado nas regras funcionais dos fenômenos tocantes ao município muriciense e a essas categorias pouco estudadas.

## REFERÊNCIAS

- Araújo, Giovanna de Aquino Fonseca. Aspectos sociais do cotidiano das feiras livres: um estudo etnográfico em território português e em solo brasileiro. **Maringá Management [Online]**, Maringá, v. 9, n. 2, p. 49-64, 2012.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; QUEIROZ, Thiago Augusto Nogueira de. **As feiras livres e suas (contra)racionalidades: periodização e tendências a partir de Natal-RN-Brasil**. Biblio 3w, Barcelona, v. 18, p. 1-21, 2013.
- BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Brasiliense, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2007.
- CAIAFA, Janice. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar Comum (UFRJ)**, Rio de Janeiro, v. 1, n.18, p. 91-101, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Conversações**. 2003. (Apresentação de Trabalho/Simpósio)
- \_\_\_\_\_. **Humanos e Máquinas no Metrô**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 21, p. 41-53, jun. 2011.
- \_\_\_\_\_. Tecnologia e sociabilidade no metrô. In: **17º Encontro Anual da Compós**, 2008, São Paulo. ANAIS Compós 17º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, p. 1-15, 2008.
- CARVALHO, Cícero Péricles de (Coord.). **As feiras livres de Maceió**. Maceió: Desenvolve, 2012.
- CAVALCANTE, Joaldo Reide Barros. **Major Barros da Pedra Branca**. Maceió, AL: Grafmarques, 2006.
- CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CHARTIER, Roger. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p. 179-192, 1995.
- COUTINHO, E. P.; NEVES, H. C. N.; SILVA, E. M. G.; NEVES, H. C. N. Feiras Livres do Brejo Paraibano: crise e perspectivas. In: **XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, p. 1-12, 2006, Fortaleza. Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado** (tradução de Paula de Siqueira Lopes). *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

LIMA, A. E. F. ; SAMPAIO, J. L. F. . Na feira a gente encontra de tudo...: aspectos da formação espacial da feira livre de Abaiara-Ceará. In: **V Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói. Anais (Simpósio Nacional de Geografia Agrária ... Simpósio Internacional de Geografia Agrária. CD-Rom). Niterói: UFF, 2009.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. **A Antropologia Urbana e os desafios da metrópole**. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 15, n.1, p. 81-95, 2003.

MINNAERT, Ana Claudia de S. Teles. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, M.C.S.; FONTES, G.A.V.; OLIVEIRA, N (Orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura [Online]**. Salvador: Edufba; 2008.

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de grupos urbanos**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

SATO, L. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. *Psicologia e Sociedade (Impresso)*, v. 19, p. 95-102, 2007.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. In: VELHO, Octávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

\_\_\_\_\_. O dinheiro na vida moderna. In: BOTELHO, André (Org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Perquin Classics, Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, M. N. C. **Considerações sobre a 'sujeira', o improvisado e a ordem na feira-livre**. In: VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2012, Palmas. Anais do VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação, 2012.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VASCONCELOS, Rafael Paes. **A feira livre de União dos Palmares nos seus aspectos sócio-econômicos**. Maceió, AL, 2010. 41f. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, AL, 2010.

VELHO, Gilberto (Org.). **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

VELHO, Gilberto; KUSCHINIR, Karina (Org.). **Pesquisas urbanas: o desafio do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WHYTE, William Foote. **A sociedade de esquina**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2005.

XERRI, Jimmy. **Dois Séculos de História**. Recife, PE: Gráfica Dom Bosco, 2001.

